

Gustavo Michels Becker

**REORIENTAÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA
POLÍTICA EXTERNA CHILENA DO REGIME MILITAR (1973-1990) E DOS
GOVERNOS DA CONCERTACIÓN DE PARTIDOS POR LA DEMOCRACIA (1990-
2010)**

Trabalho de Conclusão
apresentado ao Curso de
Relações Internacionais da
Universidade de Santa Cruz do
Sul, modalidade monografia, para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno
Mendelski

Santa Cruz do Sul
2022

AGRADECIMENTOS

Esta monografia representa a conclusão de uma jornada iniciada em 2017, que transformou completamente minha forma de entender o mundo. Chegar até aqui só foi possível por uma série de pessoas e, portanto, reservo este espaço para agradecer a algumas delas.

Primeiramente, agradeço imensamente a minha família, especialmente os meus pais, pelo esforço sem medidas para me proporcionar a melhor educação possível e por sempre entenderem, e apoiarem, as minhas escolhas.

Agradeço também aos meus amigos, por todo o apoio, conselhos e pela compreensão nos momentos que estive ausente em virtude deste trabalho.

Por fim, agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação acadêmica, sobretudo o meu orientador, por ter ministrado brilhantemente a disciplina de Relações Internacionais da América Latina, que me influenciou na escolha do tema, e por todo o suporte no desenvolvimento deste trabalho.

“É impossível para um homem aprender aquilo que ele acha que já sabe”

(Epíteto)

RESUMO

Esta monografia busca identificar o grau de mudança na política externa chilena entre o regime militar, vigente de 1973 a 1990, e os governos da *Concertación de Partidos por la Democracia*, que estiveram à frente do Chile entre 1990 e 2010. Para tanto, emprega-se o modelo de análise de política externa de Charles Hermann (1990), que classifica as modificações em quatro níveis e aponta seus possíveis determinantes. A pesquisa utiliza-se do método comparativo e se fundamenta na análise de documentos, artigos, livros e dados sobre viagens presidenciais, tratados bilaterais e comércio exterior. Ademais, a investigação é complementada por uma entrevista ao ex-embaixador chileno Carlos Portales Cifuentes. Com base na análise, constata-se que, a partir da redemocratização, o Chile sofre uma reorientação internacional. Os princípios orientadores da sua política externa e o estilo da sua diplomacia alteram-se, e há uma transição da condição de isolamento político-diplomática e da postura defensiva à pressão externa para uma inserção múltipla e diversificada.

Palavras-chave: Chile. Política Externa. Pinochet. Concertación de Partidos por la Democracia.

ABSTRACT

This monograph seeks to identify the degree of change in Chilean foreign policy between the military regime, which lasted from 1973 to 1990, and the governments of the *Concertación de Partidos por la Democracia*, which ruled Chile between 1990 and 2010. In order to do that, it uses the foreign policy analysis model introduced by Charles Hermann (1990), which classifies changes into four levels and points out their possible determinants. The study uses the comparative method and is based on the analysis of documents, articles, books and data on presidential trips, bilateral treaties and foreign trade. Furthermore, the investigation is complemented by an interview with the former Chilean ambassador Carlos Portales Cifuentes. Based on the analysis, it is concluded that, from the redemocratization, Chile undergoes an international reorientation. The guiding principles of its foreign policy and the style of its diplomacy change, and there is a transition from a condition of political-diplomatic isolation and from a defensive posture to external pressure to a multiple and diversified insertion.

Keywords: Chile. Foreign policy. Pinochet. Concertación de Partidos por la Democracia.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Problema de pesquisa	8
1.2 Objetivo	8
1.2.1 Objetivo geral	8
1.2.2 Objetivos específicos.....	8
1.3 Justificativa	8
1.4 Metodologia	9
2. O MODELO DE HERMANN NA ÁREA DE POLÍTICA EXTERNA	13
2.1 Análise de Política Externa na América Latina e o conceito de regionalismo aberto	21
3. POLÍTICAS EXTERNAS DE PINOCHET E DA <i>CONCERTACIÓN</i>	24
3.1 A política externa do Chile da sua independência até o regime militar (1818- 1973)	24
3.2 O governo de Salvador Allende e o golpe militar (1970-1973)	27
3.3 Governo militar (1973-1990).....	30
3.4 Governo da <i>Concertación de Partidos por la Democracia</i> (1990-2010)	37
3.4 Valores e objetivos da agenda internacional do regime militar (1973-1990)	44
3.5 Valores e objetivos da agenda internacional da <i>Concertación</i> (1990-2010)	50
3.6 Políticas externas de Pinochet e da <i>Concertación</i> (1973-2010).....	55
3.7 Grau de mudança e indutores na política externa chilena.....	61
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Em 11 de setembro de 1973, as forças armadas chilenas cercaram e bombardearam o Palácio *La Moneda*, sede da presidência da república. Após algumas horas, o então presidente Salvador Allende, encurralado dentro do prédio presidencial, suicidou-se, e a Junta Militar assumiu o poder do Estado. No decorrer de dezessete anos, os militares, liderados pelo general Augusto Pinochet Ugarte, sustentaram um regime autoritário, estabeleceram uma nova constituição política e promoveram mudanças estruturais na economia chilena.

Em um contexto internacional marcado pela Guerra Fria, a ação foi justificada por uma suposta intromissão da ideologia socialista na sociedade chilena, que ameaçava a ordem interna e a soberania do país. Neste mesmo período, outros países da América do Sul também estavam sob regimes militares alinhados ao bloco capitalista da conjuntura externa, liderado pelos Estados Unidos.

O evento representou uma ruptura na tradição institucional do país, que, naquele momento, gozava de um parlamento de cento e vinte anos de existência, cerca de quatro décadas de estabilidade política e um exército historicamente constitucionalista. Da mesma forma, o novo governo rompeu com elementos tradicionais da política externa chilena, como a universalização das relações internacionais, o legalismo e o apreço ao multilateralismo. As constantes transgressões aos Direitos Humanos pelo regime eram fonte de críticas por parte da comunidade internacional e acarretaram o isolamento político-diplomático do país.

Em 1988, realizou-se um plebiscito nacional que optou pelo fim do governo militar. Dessa forma, no ano seguinte ocorreram eleições democráticas, em que Patricio Aylwin, da coalização *Concertación de Partidos por la Democracia*, elegeu-se presidente. A redemocratização estava inserida em uma conjuntura internacional distinta de 1973, caracterizada pelo fim da Guerra Fria, pela retomada da democracia em Estados da região e pelo aprofundamento do processo de globalização.

A *Concertación* permaneceu à frente do Chile até 2010, após sofrer uma derrota para Sebastián Piñera, representante da centro-direita, nas eleições presidenciais. Ao longo de quatro mandatos, rompeu-se com os valores autoritários do período anterior, refletindo, na inserção internacional do país, que retoma o seu prestígio político. Ainda assim, a política exterior chilena apresentou alguns traços

de continuidade, sobretudo no que diz respeito aos temas econômicos.

1.1 Problema de pesquisa

Qual o grau de mudança da política externa do Chile no regime militar para os governos democráticos da coalizão *Concertación de Partidos por la Democracia*?

1.2 Objetivo

1.2.1 Objetivo geral

Verificar o grau de mudança da política externa chilena do regime militar para os governos da coalizão de partidos políticos *Concertación de Partidos por la Democracia*.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Compreender a conjuntura interna e externa na qual o Chile estava inserido em cada um dos períodos.
- b) Analisar os princípios orientadores e a execução da política exterior chilena nos dois momentos.
- c) Apontar as fontes de mudança e continuidade da política externa chilena.

1.3 Justificativa

O período analisado no trabalho repercute na sociedade chilena até os dias atuais e, por isso, merece ser devidamente explorado. O regime militar representa valores que ainda exercem influência na dinâmica política do país, evidenciada pela Constituição Política vigente, oriunda do governo militar, bem como pela segunda colocação nas eleições presidenciais de 2021 conquistada por Jose Antonio Kast, o qual declarou publicamente suas proximidades ideológicas com o líder da ditadura, Augusto Pinochet Ugarte (MONTES, 2017). Da mesma forma, a história e o legado da coalização *Concertación de Partidos por la Democracia*, frente do poder executivo do país andino durante 20 anos, é parte fundamental do cenário político

atual (VARGAS, 2016).

A inserção chilena no plano internacional é bastante particular e caracteriza-se pela sua abertura e integração global. A sua gama de tratados, de acordo com Chile (2022), concede o acesso a 61% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, sendo o país com a maior rede de acordos comerciais do mundo. Dessa forma, a singularidade de sua atuação no plano externo justifica a importância de se obter uma maior compreensão da sua política externa.

Ademais, a notabilidade do tema provém da necessidade, por parte da academia e da sociedade brasileira, em compreender e aproximar-se da América Latina. Nesse sentido, a análise da política externa chilena é relevante, pois traz um maior entendimento a respeito da dinâmica da região e sobre as oportunidades e desafios da relação com o Chile, que é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul (OEC, c2022).

Além disso, a origem do campo de estudos de Relações internacionais, assim como a maior parte da sua produção científica concentra-se nos Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Portanto, um trabalho que contemple um dos países da região é importante pela pluralidade de perspectiva que agrega para o campo de estudos.

Por fim, para além das necessidades expostas, existe a motivação pessoal do autor, o qual carrega um profundo interesse pelas questões políticas, econômicas e históricas da América Latina. A concepção deste trabalho surgiu da sua aproximação com a cultura chilena em uma viagem ao país e de estudos desenvolvidos na disciplina de “Relações Internacionais da América Latina e Caribe” durante a graduação.

1.4 Metodologia

O trabalho, com base em seu objetivo principal, possui caráter descritivo, visto que aspira compreender o grau de mudança na política externa chilena. Contudo, uma vez que também pretende analisar as variáveis que contribuem para a mudança ou continuidade da política exterior do Chile, se caracteriza como uma pesquisa descritiva que se aproxima do nível explicativo.

O estudo é desenvolvido a partir de artigos científicos e livros sobre o tema, bem como documentos oficiais do governo chileno e, portanto, consiste em uma

convergência entre a pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2008), o levantamento bibliográfico permite que se obtenha acesso a informações de modo mais abrangente de que se pesquisasse diretamente, sobretudo quando se requer dados muito dispersos pelo espaço, enquanto a análise documental possibilita a reelaboração dos materiais com base nos objetivos do trabalho.

Quanto aos métodos, se configura como comparativo, pois, ao longo do trabalho são confrontados dois momentos distintos da história recente do país, buscando ressaltar as diferenças e similaridades da atuação externa do Chile durante esses períodos para apontar o seu grau de mudança. Para isso, os dados obtidos são comparados utilizando o modelo de Charles F. Hermann (1990).

No estudo de Hermann (1990), a mudança de política externa, tomada como variável dependente, ocorre através do processo de tomada de decisão, variável interveniente que facilita ou dificulta as transformações. As variáveis independentes que pressionam a mudança são: o líder; a burocracia; mudanças na conjuntura interna; choques externos.

Landman (2008) aponta quatro razões para a comparação: fornecer descrições contextuais, desenvolver classificações conceituais, testar hipóteses e empreender predições. Estes objetivos, de acordo com o autor, devem ser vistos como cumulativos, de modo que previsões não podem ser feitas sem teorias bem fundamentadas, as quais não são possíveis sem classificações adequadas, que são construídas a partir de uma boa descrição.

O estudo comparativo de um único país tende a ser mais intensivo do que estudos que envolvem mais Estados, possibilitando uma observação mais detalhada das variáveis e enriquecendo a compreensão do tema examinado. Ademais, podem ser utilizados para fornecer descrições e classificações capazes de incentivar outros estudos, bem como gerar hipóteses que podem ser testadas em outros países posteriormente (LANDMAN, 2008).

O espaço de tempo delimitado justifica-se pela proximidade temporal e similaridade na duração dos governos, que facilitam a comparação. O regime militar perdurou por cerca de 17 anos, enquanto os mandatos da *Concertación* duraram 20 anos. Ademais, de acordo com Fernandois (2006), Pizarro (2019) e Valenzuela (2019), nas quatro administrações da coalizão há uma continuidade na política externa.

Inicialmente são comparadas as conjunturas internacionais e domésticas, bem como os princípios orientadores da política externa de cada um dos períodos

examinados, através de uma análise qualitativa de documentos oficiais do Estado chileno, programas de governo, manifestações em organismos multilaterais, assim como da literatura existente. A bibliografia utilizada, composta majoritariamente por autores chilenos e latino-americanos, auxilia na compreensão das diferentes interpretações sobre a formulação e execução da política externa chilena.

Os principais fatos da política exterior do regime militar e suas relações com as conjunturas externas e internas do país são examinados nos trabalhos de Valenzuela (1985) e Wilhelmy e Durán (2003). Já Aravena (1997) constrói um panorama geral da política exterior chilena entre 1964 e 1997, ressaltando a continuidade de determinados objetivos ao longo deste período. Silva (1995), por sua vez, analisa as pressões internas e seus efeitos no processo de redemocratização. As estratégias de inserção internacional do Chile a partir da década de 1990 são tratadas por Lopes e Carvalho (2010) e Bustamante e Rivera (2011).

Ademais, como forma de se obter uma análise mais concreta da ação externa chilena, para além dos elementos constituintes dos objetivos da política exterior, são comparados dados empíricos referentes às viagens presidenciais internacionais, à quantidade e distribuição geográfica de tratados bilaterais assinados e dados de comércio exterior, que consistem em indicadores do grau de isolamento e das relações priorizadas pelos governos. As informações são sintetizadas em gráficos e tabelas, com a finalidade de enriquecer e facilitar a compreensão do trabalho.

A análise referente aos tratados internacionais é construída a partir de dados da Biblioteca Nacional do Chile e as informações de comércio exterior são retiradas da *UN Comtrade*, repositório da *United Nations* (c2022). Não há uma fonte que consolide as viagens presidenciais de todo o período analisado e, portanto, utilizou-se dados da Biblioteca do Congresso Nacional do Chile (c2022), Ministério das Relações Exteriores do Chile (2010), *Fundación Patricio Aylwin Azócar* (2022) e da *Fundación Democracia y Desarrollo* (2022). Não se obteve dados das viagens de Eduardo Frei Ruiz-Tagle, tampouco dos dois primeiros anos de mandato de Michelle Bachelet, o que não invalida a comparação, uma vez que se emprega informações da maior parte do intervalo examinado.

Dessa forma, parte-se da observação e da comparação das variáveis mencionadas para indutivamente apontar o grau de mudança e seus principais indutores. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 86), através do método

indutivo, “passa-se pelo raciocínio, dos indícios percebidos, a uma realidade desconhecida por eles revelada”.

A investigação é complementada por uma entrevista com o ex-diplomata chileno Carlos Portales Cifuentes, a fim de obter dados relevantes que não constam em documentos oficiais. Cifuentes serviu como embaixador no México, de 1994 a 1997, e como representante chileno na Organização dos Estados Americanos, de 1997 a 2000. Também atuou como diretor da Academia Diplomática Andrés Bello. Suas considerações foram muito importantes e estão distribuídas ao longo deste trabalho.

De acordo com Gil (2008), a entrevista é uma técnica de coleta de dados proeminente na investigação social, em que o entrevistado se apresenta como uma fonte de informação, viabilizando o aprofundamento em questões desejadas. Buscou-se estruturar a interlocução de modo que o entrevistado lograsse em expressar-se de forma livre e espontânea, mas sem afastar-se do roteiro constituído por perguntas principais previamente formuladas. Desse modo, corresponde a uma entrevista por pautas, a qual, conforme Gil (2008, p. 112), “se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso”.

O trabalho está estruturado em três capítulos para além da apresentação, iniciando pela revisão do pensamento teórico do campo de Análise de Política Externa e de conceitos utilizados na investigação. Posteriormente, a fim de avaliar a atuação externa dos governos, compara-se o contexto histórico e os princípios orientadores da política exterior, bem como dados das viagens presidenciais, tratados bilaterais e do comércio exterior. Por fim, aponta-se o grau de mudança da política externa e sua relação com as variáveis independentes do modelo de Hermann (1990).

2. O MODELO DE HERMANN NA ÁREA DE POLÍTICA EXTERNA

Nesta seção, serão abordados considerações teóricas e estudos antecedentes, que concedem sustentação ao presente trabalho. Para isso, inicialmente, será retomado o conceito de política externa, bem como a sua caracterização como política pública. Posteriormente, será contextualizado o desenvolvimento do campo de Análise de Política Externa, em que se introduz algumas obras basilares da área. Entre estas, se evidencia o modelo de análise de mudança em política exterior introduzido por Charles Hermann (1990), o qual será utilizado nesta monografia para avaliar o grau de mudança da política externa chilena. Por último, discorre-se a respeito da formação da Análise de Política Externa na América Latina e do conceito de regionalismo aberto.

Não há um consenso na literatura sobre a definição precisa de política externa. Wilhelmy (1988), a define como o conjunto de atividades políticas, mediante as quais cada Estado promove seus interesses perante os outros Estados. Cervo (2008), por sua vez, entende a política exterior como orientadora da ação externa do governo — a diplomacia — fornecendo os valores e as aspirações desde uma perspectiva interna. Essa última noção aproxima-se da visão de Hermann (1990), definida como um programa direcionado a atores externos, desenvolvido para perseguir algum objetivo ou solucionar algum problema.

Milani e Pinheiro (2013) ressaltam que a política externa consiste em uma política pública e, portanto, é um produto da dinâmica do processo decisório envolvendo grupos de interesse. Embora não seja executada no âmbito interno, mas na esfera internacional, o movimento de internacionalização de pautas de outras políticas públicas provocado pelo processo de globalização, como a agricultura e a saúde, as aproxima cada vez mais da política exterior.

A Análise de Política Externa (APE) é um campo de estudos existente dentro da disciplina de Relações Internacionais (RI) que investiga a política externa de um governo, examinando os elementos internos e externos que condicionam suas ações perante os demais países e organismos internacionais no sistema internacional (FERREIRA, 2020). A distinção de sua disciplina mãe, conforme Salomón e Pinheiro (2013), se dá pelo seu foco no comportamento de unidades particulares.

Waltz (1996) faz uma importante distinção a respeito da fronteira analítica

entre teorias de Relações Internacionais, focadas no nível internacional, e teorias de Análise de Política Externa, centradas no nível nacional. Uma vez que não se é possível compreender o comportamento de uma unidade através de um prisma geral, as teorias de Relações Internacionais não são capazes de compreender completamente a atuação de um determinado Estado.

Na perspectiva da teoria Realista, o Estado é entendido como um ator unitário e racional, o qual busca elevar ao máximo o seu poder. Ademais, para os realistas, as relações internacionais são compreendidas a partir da ótica externa ao Estado e, portanto, os determinantes da ação estatal situam-se no sistema internacional e não no âmbito doméstico. Nesse sentido, a política externa é produto do comportamento racional estatal, em que as ações são calculadas a fim de maximizar os seus benefícios (TAYFUR, 1994).

Os primeiros estudos na área de política externa, ainda na década de 1950, emergem contrapondo-se aos pressupostos realistas. Essas novas contribuições teóricas desprendem-se das análises sistêmicas e buscam compreender o comportamento dos Estados a partir de variáveis presentes no plano interno. Em geral, as primeiras contribuições são fortemente influenciadas pela Ciência Política behaviorista, amparando-se em variáveis quantitativas e modelos estatísticos, a fim de desenvolver um método científico universal no campo de Relações Internacionais (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013).

De acordo com Hermann e Peacock (1987), a influência behaviorista se refletia em uma visão neopositivista da ciência, em que se buscava a constatação de leis universais por meio da observação de casos particulares. A orientação positivista na academia estadunidense durante as décadas de 1950 e 1960 se explica, da mesma forma, pela conjuntura internacional do período, pois, conforme ressaltam (NEACK; HEY, 1993, p. 6, tradução nossa):

A principal estratégia dos Estados Unidos na guerra fria envolveu avanços científicos e o recrutamento de acadêmicos para a causa. O financiamento federal para pesquisa "científica" criou um forte impulso entre os cientistas sociais para se tornarem mais "científicos" (e talvez menos "sociais" ou "históricos"). Isso contribuiu para o início da era positivista nas ciências sociais, com seu foco sobre testes de hipóteses e quantificação.

No texto "*Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*", de Snyder, Bruck e Sapin (1962) a política externa é entendida como produto de uma série de ações tomadas pelos atores envolvidos no processo

decisório. Nessa dinâmica, a definição da situação é influenciada por fatores externos e internos e, sobretudo, pela percepção e expectativas dos decisores. Dessa forma, o estudo foi disruptivo ao confrontar a concepção realista do Estado como ator unitário, direcionando o enfoque para o processo decisório e introduzindo a esfera comportamental na análise de política externa (JESUS, 2014).

Nesse mesmo contexto, em "*Pre-Theories and Theories of Foreign Policy*", Rosenau (1966) propõe uma estrutura "pré-teórica" como forma de orientar a pesquisa em política externa, de acordo com autor, era carente de generalizações falseáveis e, portanto, necessitava de uma teoria geral sistemática, científica e quantitativa. Este trabalho é considerado o marco de fundação da Política Externa Comparada, abordagem que impulsionou a disciplina por mais de uma década (TAYFUR, 1994).

A fim de encontrar padrões gerais de explicações, Rosenau (1966) apontou cinco principais fontes de política externa: "idiosincrasias", que se traduzem nas características do tomador de decisão; "função", a qual consiste nos agentes que atuam ao redor do líder, influenciando nas ações tomadas; "governamental", referente às estruturas constitucionais que condicionam as escolhas dos tomadores de decisão; societal, que compreende a questões já dadas, como a geografia do país. O potencial explicativo de tais variáveis derivaria da tipologia do Estado analisado, construída pelo seu tamanho, nível de desenvolvimento e responsabilização democrática (TAYFUR, 1994).

Posteriormente, em "*Comparative Foreign Policy: Fad, Fantasy, or Field?*", Rosenau (1968) reforça sua crítica à insuficiência de comparações entre dois ou mais estudos empíricos. O autor enfatiza que, ainda que a abordagem decisória tenha introduzido elementos importantes para a análise de política externa, as variáveis observadas eram tratadas de maneira idêntica em todas as sociedades, não desenvolvendo estudos comparativos entre países distintos.

É proposto que a política externa pode ser analisada em três fases: inicial, implementação e resposta. O primeiro estágio compreende às condições e influências que fomentam a ação estatal; o segundo consiste na execução das ideias concebidas no estágio anterior; e, por fim, o último estágio corresponde às reações provenientes das atividades empreendidas (ROSENAU, 1968).

Os estudos de política externa comparada se sustentavam em um amplo número de variáveis quantitativas, a fim de identificar correlações entre as

características dos Estados e chegar a uma teoria geral, o que levou ao desenvolvimento de projetos com grandes bases de dados como o *Comparative Research on the Events of Nations* (CREON) (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). Conforme Hermann e Peacock (1987, p. 29, tradução nossa), que contribuíram para o projeto, “O CREON consiste em uma série de componentes, cada um dos quais introduz um conjunto de variáveis explicativas que se espera que contribua para estimar o comportamento mais provável”.

No entanto, durante as décadas de 1970 e 1980, a política externa comparada apresentava sinais de declínio, uma vez que os seus resultados se mostravam frágeis. Essa crise no paradigma era produto, sobretudo, do foco demasiado em técnicas quantitativas, que dificultavam a operacionalização da abordagem e da ausência de variáveis não mensuráveis, como a cultura, história e normas dos países (FERREIRA, 2020). Contudo, embora não tenha alcançado seus principais objetivos, suas contribuições proporcionaram notáveis avanços teóricos e metodológicos em Relações Internacionais (HUDSON, 2005).

Em seu trabalho, “*How Should We Study Foreign Policy Changes?*”, Gustavsson (1999) aponta que na conjuntura pós-Guerra Fria da década de 1990, muitos países tiveram modificações radicais nas suas políticas externas. Esse contexto impactou a área de Análise de Política Externa, a partir do surgimento de um maior número de estudos analisando mudanças e transições nas atuações dos Estados no plano internacional.

Ademais, a incapacidade das teorias existentes de explicar o fim do período de tensões entre Estados Unidos e União Soviética gerou críticas a respeito das suas capacidades preditivas, bem como do seu poder explicativo. À vista disso, a construção de estudos que reflitam a realidade do sistema internacional, que tem em sua natureza a constante transformação, passa pela incorporação da mudança nas análises (HERMANN, 1993).

Alden e Aran (2017, p. 125, tradução nossa) observam que a Análise de Política Externa negligência as fontes e condições motivadoras de mudanças no comportamento estatal, pois “o Estado e suas instituições de política externa são vistos pelos acadêmicos essencialmente como dados e atemporais, sujeitos apenas a mudanças incrementais”.

Gustavsson (1999) agrupa os modelos de mudança de política externa em três distintas categorias: primeiro, os “modelos checklist”, os quais identificam

fatores presentes na conjuntura política e na tomada de decisão, os relacionando com alguma tipologia de mudança de política externa; em segundo lugar, os estudos que concentram-se no processo decisório e suas restrições cognitivas e estruturais; e, em terceiro lugar, os modelos cíclicos que preconizam a análise de períodos de tempo mais longos para identificar padrões recorrentes que levam a mudanças na política externa.

Dentre os modelos cíclicos, destaca-se o estudo de Rosati (1994), que aponta que em períodos de estabilidade, a política externa tende a ser resistente à mudança. Segundo o autor, a burocracia governamental é conservadora em modificar suas opiniões e os grupos de interesse beneficiados pela política externa estabelecida buscam a manutenção do *status quo*. Ademais, o comportamento do governo no plano internacional é restringido pelos acordos internacionais existentes.

No entanto, em estágios de transição, em que ocorrem eventos de maior magnitude no plano doméstico ou internacional, como guerras e crises, a alteração em política externa é mais provável. Nesse cenário, os líderes governamentais, bem como, a sociedade, tendem a rever seus posicionamentos e estabelecer uma nova política externa, que permanecerá constante até o próximo período de instabilidade (ROSATI, 1994).

Dessa forma, o trabalho de Rosati (1994) sugere que, à medida que o ambiente internacional e doméstico muda, a política externa existente deve tornar-se disfuncional. Contudo, o modelo de Rosati é bastante geral e não se aprofunda nos processos específicos causadores das mudanças na política externa, tampouco no processo decisório (GUSTAVSSON, 1999).

Nos modelos de restrições estruturais, o estudo de Goldmann (1982), apresenta o conceito de “estabilizadores”. Segundo o autor, as fontes de mudanças de política externa provêm de condições conjunturais, da avaliação da própria política e de fatores residuais, aqueles não se encaixam nas duas primeiras categorias. Os estabilizadores, nesse sentido, consistem em agentes que inibem as pressões de mudança, podendo bloquear, reduzir ou atrasar as alterações da política externa.

Ainda que a continuidade nem sempre é desejável, o objetivo do modelo é verificar a capacidade de uma política permanecer constante estando sob pressão. Os estabilizadores são divididos em: internacionais, compostos pelas normas do Direito Internacional e pela interdependência dos Estados; cognitivos, que consistem

na consistência das ideias que sustentam a política externa e a sua relação com outras políticas públicas; políticos, constituídos pelo grau de consenso e de institucionalização no plano interno; e, administrativos, formados pelo funcionamento da burocracia doméstica (GOLDMANN, 1982).

Dentre os “modelos checklist”, “*Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*”, de Charles Hermann (1990), desenvolve uma importante contribuição à literatura, buscando interpretar as alterações na formulação e execução da política externa. O autor expõe um modelo que tipifica em diferentes níveis a mudança na atuação de um Estado no plano externo e aponta os indutores dessas transformações.

Em sua estrutura, são expostos quatro graus de mudança em Política Externa, sendo o primeiro classificado como pequenos ajustes, em que a mudança é concentrada no grau de esforço para alcançar determinado propósito, sem alterar sua finalidade ou instrumentos. O segundo tipo de mudança consiste nas alterações de programas, em que os meios para atingir o objetivo da política externa desejado são modificados. Ademais, enquanto no primeiro nível as modificações tendem a ser somente quantitativas, no segundo tendem a ser também qualitativas, alterando os mecanismos políticos empregados (HERMANN, 1990).

O terceiro grau se traduz na alteração da meta da política externa, no qual é possível identificar discursos e nas ações antagônicas aos propósitos anteriores. A quarta, e mais drástica esfera do modelo, é definida como “mudanças de orientação internacional”, em que não somente os objetivos, mas também as noções e as referências do Estado no plano internacional se alteram. Para o autor as principais mudanças são as três últimas (HERMANN, 1990).

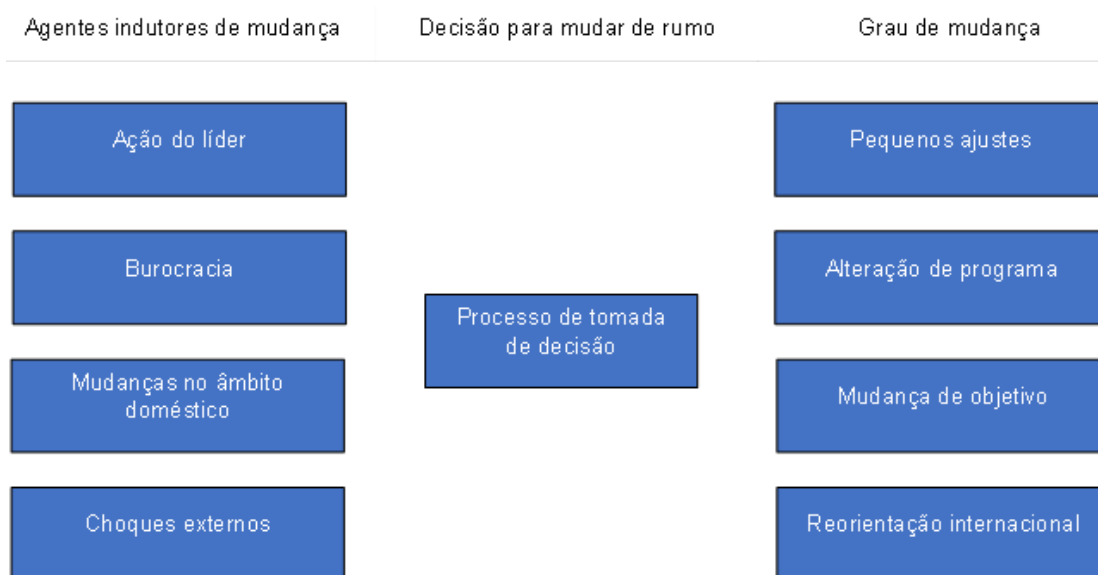
Hermann (1990) busca identificar quais agentes estimulam as mudanças, as agrupando em quatro grupos. O primeiro grupo consiste na orientação do líder político, o qual necessita possuir convicção, poder e energia para estabelecer a sua perspectiva para o redirecionamento do comportamento do Estado no plano externo. O segundo grupo de agentes é constituído por burocratas formuladores e executores da política externa, que originam mudanças quando grupos dentro do governo demandam transformações (HERMANN, 1990).

Outro fator considerado por Hermann (1990) são as reestruturações domésticas, em que instituições relevantes da sociedade alteram seu posicionamento ou quando ocorre a mudança do próprio regime. Por fim, as

modificações no ambiente internacional consistem em outra fonte de mudança elencada pelo modelo, uma vez que choques externos são eventos com grande visibilidade e impacto, que não podem ser ignorados e, portanto, são capazes de impactar reorientações na atuação de um Estado (HERMANN, 1990).

Contudo, o autor destaca que seu modelo entende a reorientação como resultado, sobretudo, do processo de decisão, em que os agentes são capazes de facilitar ou dificultar a mudança, conforme ilustrado na Figura 1. Dessa forma, o processo decisório é classificado em sete níveis: expectativas iniciais com a política externa existente; estímulos externos; reconhecimento de informações discrepantes; reconhecimento da conexão entre a política e o problema; desenvolvimento de alternativas; construção de um consenso; implementação da nova política (HERMANN, 1990).

Figura 1 – Agentes do processo de tomada de decisão e seus resultados



Fonte: Elaboração própria, com base em Hermann (1990).

A abordagem concebida por Hermann (1990) se adequa ao objetivo do presente trabalho, de apontar o grau de mudança da política externa chilena do regime militar e dos governos da *Concertación* e identificar suas motivações. Os fatores indutores de mudança apontados pelo autor são observáveis no recorte histórico escolhido.

O papel do líder na formulação de preferências da política externa é bastante relevante nesta análise. No Chile, a posição de liderança é exercida pelo presidente

da República, o qual, conforme Vera (2014), detém a centralização de poder na condução da política exterior do país. Ademais, exerce uma ação diplomática direta, a “diplomacia presidencial”, que, de acordo com Sergio Danese (1999, p.13) consiste na “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”.

A burocracia, assim como o líder, é atuante na formulação e execução da política exterior. Em “*Política exterior de Chile (transición, políticas públicas y algo más)*”, Vera (2016) discorre sobre as transformações na burocracia chilena a partir do processo de redemocratização e analisa o seu papel e suas limitações na concepção do comportamento do país no plano internacional.

As modificações no âmbito interno, da mesma forma, é uma variável significativa neste trabalho, uma vez que a transição do governo de Pinochet Ugarte para à *Concertación* compreende em uma mudança de um regime autoritário para um regime democrático, que influi no processo decisório. Conforme Lucio Levi (2007, p. 1081): “Naturalmente a estrutura do regime, ou seja, o modo de organização e seleção da classe dirigente, condiciona o modo de formação da vontade política”.

As transformações que ocorrem no plano internacional também são consideradas no trabalho, posto que o fim do regime militar chileno coincide com a redemocratização de outros países latino-americanos, bem como com o fim da Guerra Fria. O estudo Lopes e Carvalho (2010) demonstra que neste período, devido à lentidão no avanço das negociações multilaterais, há uma disseminação de acordos bilaterais entre os Estados, o que influenciou na orientação internacional chilena a partir da década de 1990.

A política econômica externa é investigada isoladamente por Bozyk (2006), que a define como a capacidade do Estado deliberar a forma que as relações comerciais ocorrerão com os demais países, considerando a sua situação interna, bem como, a dos demais Estados. O autor aponta que essa política é estabelecida por dois grupos: sistêmico, o qual é composto pelo presidente, parlamento e outros órgãos econômicos governamentais, e o especial, que consiste em bancos, aduanas, empresários e similares.

O enfoque na política econômica externa traz contribuições interessantes a este trabalho, uma vez que, conforme observado por Vera (2014), a atuação

internacional chilena possui um traço comercial bastante acentuado. A política externa militar possuía uma forte orientação econômica comercial, a qual se manteve nos governos da *Concertación*.

2.1 Análise de Política Externa na América Latina e o conceito de regionalismo aberto

A Análise de Política Externa na América Latina se desenvolveu a partir da década de 1970, utilizando modelos importados de correntes ortodoxas, produzidas, sobretudo, nos Estados Unidos. Contudo, ao longo do tempo, essas abordagens teóricas adaptaram-se aos assuntos pertinentes para os estudos latino-americanos, que se distinguiram das temáticas tratadas pelo *mainstream* (GIALACONE, 2012).

Os primeiros estudos pautavam-se na busca pela autonomia política e econômica dos Estados da região frente aos países desenvolvidos, inexistindo um consenso a respeito da melhor forma de alcançá-la. A partir disso desenvolveu-se um debate, protagonizado, em linhas gerais, pelos que defendiam a autonomia através de uma postura mais confrontante aos países hegemônicos e aqueles que postulavam a aproximação com os Estados do centro, junto do desenvolvimento das burguesias nacionais (GIALACONE, 2012).

Gialacone (2012) ressalta que, historicamente, a conjuntura doméstica dos países influenciam nas visões dos políticos e acadêmicos e, conseqüentemente, nas temáticas abordadas dentro da área. Nesse sentido, Salomón e Pinheiro (2013), observam que no Brasil, a área desenvolveu-se em um contexto que países periféricos buscavam expandir sua atuação internacional. Com a redemocratização e a abertura comercial do Brasil, há uma maior aproximação da sociedade no debate sobre política externa, o que promoveu o campo de estudo no país.

Merke, Reynoso e Schenoni (2020) evidenciam três dimensões da literatura latino-americana de política externa: a relação com os Estados Unidos, em que se abrange diversos temas, como segurança, finanças e comércio; o debate sobre o posicionamento da América Latina dentro da divisão entre países do Norte e Sul Global; o âmbito econômico da política externa, no qual se discute o nível de abertura comercial, o papel das empresas transacionais, bem como, a integração econômica regional.

Cabe destacar o artigo “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da

autonomia pela diversificação” de Vigevani e Cepaluni (2007), em que os autores se propõem a explicar as mudanças da política externa brasileira entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e de Lula da Silva, utilizando o Modelo de Hermann. Trata-se de uma referência nos estudos de APE no Brasil que, em grande parte, influenciou no desenvolvimento do presente trabalho. Da mesma forma, os trabalhos de Silva (2019), que compara a política externa de Dilma e Michel Temer, e de Cornetet (2014), o qual realiza uma análise comparativa da atuação internacional do Brasil entre os mandatos de Lula e Dilma, contribuíram para as escolhas metodológicas desta pesquisa.

O processo de globalização apresentou um novo cenário para as economias, marcado pela elevada mobilidade de capital, liberalização e mercados altamente dinâmicos e competitivos. Dessa forma, na década de 1990, a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) introduziu o conceito de “regionalismo aberto” para pensar a inserção latino-americana nessa nova conjuntura (CORAZZA; HERRERA, 2006).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (1994, p. 12, tradução nossa) define o termo como:

o processo que surge da conciliação de ambos os fenômenos descritos nos parágrafos anteriores: a interdependência nascida de acordos especiais de natureza preferencial e aquela movida basicamente por sinais de mercado resultantes da liberalização comercial em geral. O que se busca com o regionalismo aberto é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas destinadas a aumentar a competitividade internacional e que as complementem.

A noção origina-se no Japão, na década de 1950, e ganha força na Ásia-Pacífico durante a década de 1980, fundamentada no aprofundamento das relações comerciais dos países da região. Nesse contexto, o regionalismo aberto consistia em um modo de integração econômica que não discriminava economias de outras regiões (RUIZ, 2018).

Nesse sentido, a CEPAL procurou combinar o conceito elaborado na região Ásia Pacífico com suas concepções neoestruturalistas, desenvolvidas nas décadas anteriores, que entendiam a superação do padrão de produção baseado em matérias primas como condição ao desenvolvimento. Nessa nova perspectiva, o aumento das exportações e a inserção latino-americana na economia global fomentariam a industrialização e a criação de uma nova estrutura produtiva. Desse

modo, o regionalismo aberto latino-americano adaptou as ideias de transformação produtiva às condições da conjuntura que estava inserido (RUIZ, 2018).

Valencia (2012) observa que, apesar da sua ampla utilização nos âmbitos políticos, econômicos e acadêmicos, a interpretação e execução do conceito mudam de acordo com o país entre 1990 e 2010. No Brasil, o regionalismo aberto foi interpretado como um recurso para expandir oportunidades comerciais e para fins geopolíticos em regiões consideradas estratégicas; na Argentina a concepção mudou da perspectiva da liberalização para um “regionalismo aberto defensivo”, dando preferência à região; enquanto no Chile, com ênfase na abertura comercial, tornou-se um elemento basilar da política externa.

De acordo com Vera (2012), o regionalismo aberto corresponde a um princípio básico da política externa chilena nas últimas décadas. No entanto, suas características não coincidem totalmente com o conceito asiático, tampouco com o Cepalino, mas com uma interpretação particular, que agrega a abertura comercial a todas as regiões do mundo com acordos de integração sem exclusividade e aproximação com a América Latina em algumas áreas particulares, como segurança, facilitação fronteiriça e normas técnicas.

3. POLÍTICAS EXTERNAS DE PINOCHET E DA *CONCERTACIÓN*

No presente capítulo, serão avaliadas as políticas externas dos governos de Augusto Pinochet Ugarte e da *Concertación de Partidos por la Democracia*. Primeiramente, serão contextualizadas fontes históricas da política exterior chilena, que se desenvolveram a partir da formação do Estado. Posteriormente, será comparada a conjuntura doméstica e internacional na qual o Chile estava inserido, bem como os princípios orientadores da atuação chilena no plano global em cada um dos períodos. Para tanto, serão analisadas as propostas para a política externa nos programas de governo, posicionamentos em documentos oficiais e manifestações em organismos multilaterais. Ademais, com o propósito de avaliar o comportamento do país andino no âmbito externo, bem como as regiões e os países com os quais aproximou-se, serão abordados os destinos das viagens presidenciais, os tratados bilaterais assinados e dados de seu comércio exterior.

3.1 A política externa do Chile da sua independência até o regime militar (1818-1973)

Cervo (2008) observa que há padrões de conduta que surgem gradualmente e adquirem caráter duradouro e, por vezes, permanente na diplomacia de um país. Estes padrões concedem previsibilidade à ação externa e moldam o comportamento externa dos governos, resistindo ao tempo e, em alguns casos, até mesmo a mudanças de regime político. Para Colacrai e Lorenzini (2005), desde a independência do Chile, desenvolveram-se longevos traços, em que se destaca o apego ao direito internacional, bem como o presidencialismo e o fator territorial nas decisões políticas.

A declaração de independência do Chile, de 1818, foi reconhecida, inicialmente, somente pelos demais países hispano-americanos e, quatro anos mais tarde, pelos Estados Unidos. Já o reconhecimento da personalidade jurídica chilena por parte das nações europeias levaria alguns anos para se concretizar. Com exceção de Portugal, que a aceitou em 1821, outros Estados como França e Inglaterra só a reconheceriam no início da próxima década (SÁNCHEZ; LARRAIN, 1977).

A elite governante não compreendia a importância das relações internacionais para os objetivos chilenos e, portanto, não demonstrava qualquer interesse pela

política externa. Contudo, havia um restrito grupo de intelectuais instigados pelos temas internacionais, nos quais se destacam Diego Portales e Andre Bello, os quais concederam uma forte tendência legalista à atuação chile no plano externo (VARAS, 1999).

Até 1836, não havia ameaças externas à soberania chilena e, portanto, o governo concentrava seus esforços no desenvolvimento doméstico. Nesse período, de acordo com Varas (1999, p. 11, tradução nossa), a política externa do Chile baseava-se na “necessidade de prevenir a intervenção estrangeira em assuntos internos, evitar conflitos de vizinhança e promover relações comerciais com o mundo”.

Ademais, em 1833 é criada a Constituição Política da República do Chile, que centralizava o poder na esfera executiva federal e possibilitava a reeleição presidencial por dois períodos consecutivos. O presidencialismo nas definições políticas, sobretudo de política externa, de acordo com Colacrai e Lorenzini (2005) consiste em um dos principais traços da história constitucional chilena, sendo reforçado em textos constitucionais subsequentes.

No entanto, a partir da década de 1830, com as mudanças no cenário político da região e o fortalecimento dos países vizinhos, a prioridade torna-se assegurar a sua hegemonia na costa do Pacífico. Para tanto, utiliza meios diplomáticos, comerciais e, em alguns momentos, a força militar. Em 1836, as forças chilenas derrotam a Confederação Peru-Boliviana, dissolvendo a união que representava uma ameaça a sua soberania territorial, e, em 1865, participam do conflito contra a intervenção espanhola nos territórios americanos (VARAS, 1999).

Colacrai e Lorenzini (2005) comentam que o fator territorial adquire grande relevância na construção da atuação internacional do Chile. A utilização de seus recursos naturais e manutenção de suas fronteiras terrestres e marítimas se traduzem em uma prioridade que se evidenciaria na sua ação externa em diversos momentos.

Em 1873, o Chile envolve-se na Guerra do Pacífico, que, de acordo com Varas (1999), consiste no conflito internacional mais importante da história do país. Neiva (2019) explica que o confronto se originou na taxaço, por parte do governo boliviano, às empresas chilenas que exploravam salitre no território da Bolívia, o que rompia com o Tratado de Limites, de 1866, o qual impedia a criação de novos encargos por parte dos bolivianos. Frente a recusa do pagamento dos impostos, o

governo ameaçou nacionalizar as companhias, o que provocou o que seria o estímulo final para o início do conflito – a ocupação do território pelas forças armadas do Chile.

A Bolívia recorreu ao Tratado de Aliança Defensiva, que havia firmado secretamente com o Peru naquele mesmo ano, a fim de se fortalecer diante do poderio chileno. Dessa forma, o Estado peruano imediatamente declarou guerra aos chilenos. Ao fim do conflito, em 1883, o Chile saiu fortalecido, ao anexar territórios ricos em recursos naturais e minerais, enquanto a Bolívia perdeu a província de Antofagasta, sua única saída soberana para Oceano Pacífico, e o Peru cedeu a região da Tarapacá às forças vencedoras (NEIVA, 2019).

No primeiro quarto do século XX, a política externa chilena empenhou-se na solução de problemas fronteiriços por meio do Direito Internacional, tendo alcançado os tratados de paz com a Bolívia, em 1904, e com o Peru, em 1929. A fim de galgar maior espaço no sistema internacional, o país buscou participar de organizações internacionais, como a Liga das Nações e aprofundar as relações com as potências europeias, sem envolver-se em conflitos, o que explica a neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial. Há, também, uma aproximação política, financeira e cultural com os Estados Unidos, sobretudo após a Grande Guerra (FERMANDOIS, 2011).

A política de cooperação e o respeito ao Direito Internacional consistiram nos princípios guias da política externa durante as décadas de 20 e 30. O multilateralismo e a conduta pacifista foram fortalecidas na região, através das Conferências Panamericanas e do Pacto Antibélico, de 1933. Dentre as principais mudanças internas, destaca-se o estabelecimento da Constituição de 1925, que reforçou a centralização de poder na figura do presidente (MENESES; TAGLE; GUEVARA, 1982).

A participação chilena na Segunda Guerra Mundial limitou-se a esfera diplomática, não envolvendo-se diretamente em ações bélicas. Inicialmente, o país andino manteve sua neutralidade, tal como no conflito mundial de 1914, buscando alcançar maiores vantagens nas relações econômico-estratégicas com os dois blocos. Contudo, a partir da entrada estadunidense no conflito, há uma aproximação dos Aliados e, no início de 1943, o rompimento das relações diplomáticas com os Estados do Eixo (MEZA, 2020).

Entre 1946 e 1964, os governos chilenos mantiveram um constante

alinhamento aos Estados Unidos, apoiando, em linhas gerais, as iniciativas e posicionamentos do país norte-americano em órgãos multilaterais. Esta adesão se sustentava na expectativa de uma reciprocidade dos estadunidenses no plano econômico, que se concretizou parcialmente nas relações bilaterais, e, posteriormente, em âmbito multilateral, na fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, criado com o propósito de projetos de desenvolvimento econômico e social na região (WILHELMY, 1979).

A partir do governo de Eduardo Frei (1964-1970), a política exterior adota uma orientação mais independente. Ainda que bastante alinhado aos Estados Unidos, o país empenhou-se na diversificação de suas relações, tentando aproximar-se de Estados europeus e, inclusive, retomando os vínculos com a União Soviética. Neste período, o Chile busca impulsionar projetos de cooperação vinculados ao nacionalismo latino-americano. Surgem, também, iniciativas sub-regionais, concretizadas pelo Acordo de Cartagena, que criou o Pacto Andino, em 1969 (WILHELMY, 1979).

Já no mandato de Salvador Allende, eleito em 1970, se reforça a universalização nas relações diplomáticas e se adota a política de não-alinhamento, que consistia em não conceder apoio formal a nenhum dos dois blocos de poder da Guerra Fria (ARAVENA, 1997). De acordo com Wilhelmy (1979), há uma aproximação de países socialistas, que adquirem uma importância política e econômica para o Chile, o que levou à deterioração nas relações com os Estados Unidos.

Portanto, no início de 1973, o Chile apresentava um acumulado de valores basilares de sua atuação internacional, que se desenvolveram em diferentes momentos da história do país. O traço presidencialista e o fator territorial nas decisões políticas são observados já nas primeiras décadas da formação do Estado. Por outro lado, o apego ao direito internacional, a conduta pacifista, o apreço ao multilateralismo e a universalização de suas relações desenvolvem-se no século XX.

3.2 O governo de Salvador Allende e o golpe militar (1970-1973)

O governo de Salvador Allende se sucedeu dentro da lógica bipolar da Guerra Fria, em que o bloco capitalista – liderado pelos Estados Unidos – e o socialista – liderado pela União Soviética – disputavam por áreas de influência no sistema

internacional. Aguilar (2011) observa que, de acordo com a doutrina Truman, os soviéticos praticavam uma “guerra total”, que ocorria para além do âmbito militar, atuando nos campos cultural, econômico e social contra os interesses estadunidenses, o que legitimava a interferência estadunidense em defesa da liberdade mundial.

Ayerbe (2002) aponta que no início da Guerra Fria, a apreensão dos Estados Unidos acerca da América Latina concentrava-se na disponibilidade dos recursos naturais da região. Temia-se o avanço da influência soviética em governos e movimentos, os quais, em um cenário de guerra, poderiam cessar ou dificultar o fornecimento de matérias primas ao país norte-americano.

A fim de impedir o florescimento das ideias comunistas na região, os Estados Unidos, durante o mandato de Henry Truman, assinaram diversos acordos com os países latino-americanos. Nesse contexto, em 1947 é celebrado o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que prevê defesa coletiva contra agressões, e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948 (AYERBE, 2002). Segundo Aguilar (2011), estes tratados, juntamente com a Conferência Interamericana sobre Problemas de Guerra e Paz, de 1945, formaram a base do sistema de segurança continental, fundamentado em um inimigo externo comum.

Nesse contexto, a Escola Militar das Américas é instalada no Panamá em 1946, com o intuito formar um pensamento comum no combate a influência da ideologia soviética, concedeu treinamento a cerca de 60.000 militares latino-americanos. Estima-se que a Escola concedeu treinamento para cerca de sessenta mil latino-americanos, aproximando instituições militares da região, especialmente do Cone Sul, que passaram a cooperar e estabelecer atuações conjuntas (QUADRAT, 2002).

Posteriormente, a partir da ascensão de Eisenhower à presidência em 1953, a estratégia de segurança continental sofre alterações e adota uma postura mais intervencionista, direcionando seu empenho para desenvolvimento da capacidade repressiva dos Estados. Nesse contexto, a *Central Intelligence Agency* (CIA) adquire maior importância na coleta de informação e elaboração de planos (AYERBE, 2002).

Na década de 1960, em decorrência da Revolução Cubana, a hipótese de uma guerra revolucionária no continente latino-americano se fortaleceu e, a partir disso, o combate à subversão tornou-se a prioridade, em que as forças armadas

deveriam estar preparadas para atuar contra guerrilheiros urbanos e rurais. Dessa forma, os Estados Unidos patrocinaram exercícios militares conjuntos, criaram fóruns para troca de informações e apoiaram as oposições aos governos de esquerda da região (AGUILAR, 2011).

Nesse cenário, golpes de Estado liderados por militares ocorreram no Brasil, derrubando o presidente João Goulart em 1964, e Arturo Illia na Argentina, em 1966. Rapoport e Laufer (2000) observam que além de suas especificidades históricas e políticas, bem como suas motivações e conflitos internos, ambos os eventos foram instigados pelo temor à ideologia comunista no contexto da Guerra Fria e sofreram influência direta da diplomacia e inteligência dos Estados Unidos.

Em meio a essa conjuntura, em 1970, Salvador Allende, candidato da *Unidad Popular* (UP) foi eleito presidente do Chile, com 36,3% dos votos, derrotando a direita representada pelo Partido Nacional (PN) e o Partido Democrata-Cristão, de centro-esquerda. O projeto de seu governo buscava concretizar a “via chilena” ao socialismo, através de um processo gradual de modificação da estrutura da sociedade, sem que houvesse rompimentos institucionais e democráticos. Nesse sentido, Allende ressaltava que este modelo se diferenciava do modelo cubano, principal exemplo de revolução socialista na América Latina (SOUZA, 2007).

Naquele momento, o Chile possuía um parlamento de mais de 120 anos de existência, gozava de estabilidade política desde 1932 e detinha um exército historicamente constitucionalista. Desse modo, o sucesso das propostas da *Unidad Popular* baseava-se, justamente, nesta tradição de estabilidade política, considerada capaz de suportar as mudanças previstas em seu programa de governo (SOUZA, 2007).

Inicialmente, o cobre é nacionalizado, o Estado passa a controlar a maior parte da mineração, do petróleo, do carvão e do ferro, e acelera a reforma agrária, aprovada durante o governo anterior. No primeiro ano de mandato, o Chile apresenta bons indicadores econômicos, existindo um crescimento de 9% e aumento da participação dos trabalhadores na renda nacional. Ademais, nos anos seguintes, o governo se fortalece ao conquistar 50% dos votos nas eleições municipais de 1971 e 44% nas eleições parlamentares em 1973 (AYERBE, 2002).

Em 1972 se inicia uma crise econômica, marcada pela alta da inflação e escassez de produtos. Nesta conjuntura, a oposição, composta por setores políticos, empresários contrários as medidas estatizantes e a classe média atingida pela crise,

e apoiada pelos Estados Unidos, aumentou a pressão sobre o presidente (AYERBE, 2002). Neste cenário, havia um clamor pela intervenção militar e, a fim de assegurar uma maior credibilidade ao governo em meio a este cenário, Allende nomeou militares para alguns ministérios (SOUZA, 2007).

Contudo, em 11 de setembro de 1973, o projeto da *Unidad Popular* sucumbiu a um golpe executado pelas forças armadas. O Palácio *La Moneda* foi cercado por tanques do Exército, ordenando a renúncia do governo, que terminou com o suicídio de Allende e a designação de Augusto Pinochet como Presidente da Junta Militar. Através do Decreto-lei nº1 – Ata de constituição da junta do governo – a ação golpista foi justificada pela “intromissão de uma ideologia dogmática e excludente, inspirada nos princípios estrangeiros do marxismo-leninismo” (CHILE, 1973, apud SIMÕES, 2012).

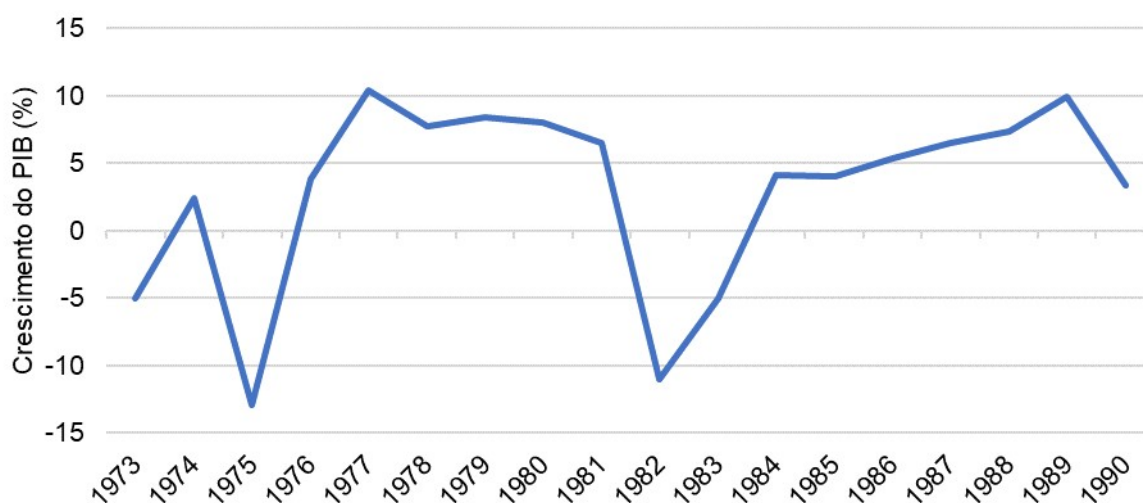
3.3 Governo militar (1973-1990)

A Junta Militar adotou medidas censuradoras e repressivas que tiveram grande impacto na realidade social do país. Toda expressão cidadã e atividade política foi proibida; entidades, movimentos e partidos políticos ligados ao governo anterior foram dissolvidas e criminalizadas; e o Estado passou a controlar sistematicamente os meios de comunicação, bem como, os sindicatos e instituições de ensino superior (SIMÕES, 2012).

Ademais, o regime militar realizou mudanças no plano econômico, iniciando uma política de desregulamentação e privatizações e abertura radical da economia, a quais, conforme Valenzuela (1985) foram bem recebidas por investidores estrangeiros. Lopes e Carvalho (2010) destacam que o aumento e a diversificação das exportações eram centrais na estratégia de desenvolvimento do governo e, visando reduzir o custo de produção dos setores exportadores, realizou-se uma abertura comercial unilateral e generalizada, evidenciada pela redução da tarifa aduaneira média de 94% em 1973 para 10% em 1979.

O Gráfico 1 expõe a porcentagem de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) do Chile entre 1973 e 1990, concedendo um panorama geral da economia durante o regime militar. Neste período, há uma média de crescimento anual de 3,2%. Evidencia-se a retomada da expansão econômica a partir de 1975 e a magnitude da crise do início da década de 1980.

Gráfico 1 – Crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) durante o regime militar (1973-1990)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do The World Bank (c2022).

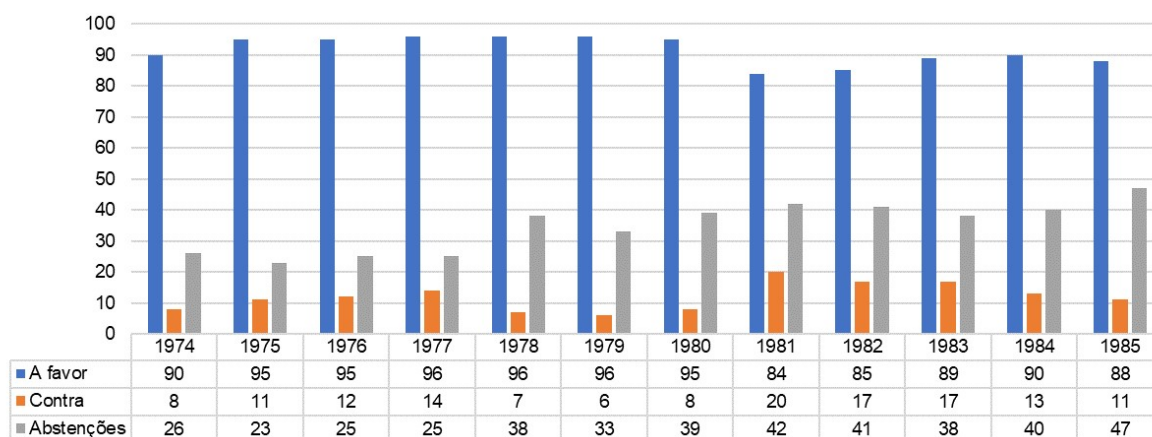
De acordo com Ffrench-Davis (2016), até 1981, a nova política econômica teve sucesso em reduzir a inflação, o déficit fiscal e, conforme o Gráfico 1, manteve um bom ritmo de crescimento. Silva (1995) menciona que a nova política econômica favoreceu as exportações e o mercado financeiro, porém prejudicou os pequenos e médios industriais, que foram atingidos negativamente após perderem a proteção estatais das décadas anteriores.

Por outro lado, Cifuentes (2022) observa que, como resultado da repressão interna, muitos países concederam refúgio e asilo político aos perseguidos políticos. Embaixadas se encontravam cheias de pessoas e necessitavam negociar suas saídas. Essa situação provocou divergências diplomáticas bilaterais e acarretou o congelamento das relações com alguns Estados, como a Itália e o México.

Ademais, as transgressões aos direitos humanos tornaram-se alvo constante de críticas em organismos multilaterais. Conforme ilustrado no Gráfico 2, em todos os anos, entre 1974 e 1985, a *United Nations General Assembly* adotou resoluções¹ condenatórias à repressão no Chile. Observa-se que, em todas as ocasiões, tais determinações receberam o apoio da ampla maioria dos países presentes. A média de votos a favor das condenações é de 66,45%, as abstenções representam 24,93%, enquanto a média dos votos contrários é de apenas 8,63%.

¹ Resoluções nº 32/19; 34/48; 31/124; 32/118; 33/175; 34/179; 35/188; 36/157; 37/183; 38/102; 39/121; 40/145.

Gráfico 2 – Resoluções condenatórias à situação de Direitos Humanos no Chile na Assembleia Geral da ONU (1974-1985)



Fonte: Elaboração própria, a partir de Kreter (2006) e dados da United Nations (c2022).

A relação com os Estados Unidos, em linhas gerais, manteve-se boas nos primeiros anos, devido a orientação econômica e ideológica dos militares, que se refletia no apoio à renegociação das dívidas chilenas e no envio de ajuda externa. Contudo, durante a administração Jimmy Carter, entre 1977 e 1981, o país norte-americano adota uma política de respeito aos Direitos Humanos, posicionamento que constrangeu regimes autoritários latino-americanos historicamente alinhados aos estadunidenses. Os estadunidenses, nesse contexto, passam a limitar a ajuda econômica, suspendem a venda de armamentos ao Chile e se posicionam a favor da condenação ao governo chileno em temas de Direitos Humanos nas esferas multilaterais (VALENZUELA, 1985).

Ademais, a deslegitimação do regime militar no âmbito internacional se reforçou a partir do assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier e de sua assistente, a estadunidense Ronni Moffitt, em Washington, em 1976. O carro que conduzia as vítimas foi destruído por uma carga de explosivos instalada previamente. Letelier era ex-assessor – além de amigo – de Salvador Allende, e consistia em um dos principais críticos ao governo de Pinochet. O pedido de extradição de três militares chilenos acusados de envolvimento no atentado foi negado pelo Chile, o que desgastou o relacionamento com os Estados Unidos (AVILA, 2017).

Wilhelmy (2010) destaca que foi durante o regime militar que as relações com a Ásia-Pacífico se estreitaram. Pinochet e seus assessores enxergavam um potencial estratégico para as exportações chilenas na região, que naquele momento

começava a se evidenciar pelo desenvolvimento dinâmico de suas economias, bem como uma importância geopolítica, devido a sua crescente relevância. Dessa forma, durante seu governo, o Chile abriu dez embaixadas na região.

Aguilar (2011) evidencia que durante a Guerra Fria, a possibilidade de um conflito regional com algum país vizinho era considerada nos planejamentos militares dos países do Cone Sul. Nesse sentido, destacam-se as tensões com Brasil e Argentina e o conflito entre Equador e Peru, em 1981. No caso do Chile, há as crises com o Peru, devido a questões nacionalistas do governo peruano; com a Argentina, em consequência de problemas de fronteiras na região do Canal do Beagle; e com a Bolívia, por questões territoriais decorrentes do resultado da Guerra do Pacífico no século XIX.

A disputa pelas ilhas do Canal de Beagle entre Chile e Argentina tem origens em negociações diplomáticas do fim do século XIX, nas quais se resolveram questões fronteiriças, contudo, deixaram definições imprecisas a respeito das ilhas do Canal. Em 1971, o caso foi submetido à arbitragem internacional, que seis anos mais tarde determinou a vitória dos chilenos. Entretanto, em 1978, o governo militar argentino declarou nulo o laudo arbitral, iniciando tensões, em que tropas e armamentos foram enviados às fronteiras, quase culminando em um confronto bélico (LACOSTE, 2004).

A relação entre Chile e Bolívia é marcada pela histórica demanda boliviana por um acesso soberano ao Oceano Pacífico, perdido para o Estado chileno na Guerra do Pacífico. A disposição chilena limitava-se a autorizar uma saída para o mar, porém sem conceder territórios. Dessa forma, o governo boliviano apresentou sua reivindicação na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (1979, p. 56), em que se aprovou a declaração 426, a qual pontua “que é de permanente interesse hemisférico encontrar uma solução equitativa pela qual a Bolívia obtenha acesso soberano e útil ao Oceano Pacífico”.

A acercamento do marco de um século da Guerra do Pacífico, na década de 1970, acendeu setores nacionalistas peruanos, que tentaram estimular um conflito bélico com o Chile. As tensões aumentaram ainda mais quando, em 1978, quatro diplomatas chilenos foram expulsos do Peru. Contudo, posteriormente, a situação foi resolvida por meio de negociações diretas de burocratas e militares dos dois países (WILHELMY; DURÁN, 2003).

Ademais, as alterações na política de comércio exterior implementadas pelos

militares chocavam-se com as regras do Pacto Andino, organização multilateral que o Chile era membro desde 1969 que na sua Decisão 24 determinava um regime comum ao investimento estrangeiro. Dessa forma, em 1976, o país andino retirou-se da organização (WILHELMY; DURÁN, 2003).

No entanto, Aguilar (2011) destaca que o enfrentamento às esquerdas foi colocado acima das disputas entre os Estados da região. Apesar das tensões com Argentina e Bolívia terem representado chances iminentes de um conflito armado, os países mantiveram a cooperação no combate à ameaça do inimigo externo comum, sobretudo no âmbito da Operação Condor.

A Operação Condor foi desenvolvida na metade da década de 1970, pela Direção de Inteligência Nacional, a polícia secreta de Pinochet, com a finalidade de combater um suposto processo de aliança das esquerdas de países do Cone Sul que aspiravam realizar uma revolução na região. A operação era sediada no Chile, mas havia lideranças nos demais países, bem como colaboradores fora dos quartéis, como empresas privadas, médicos e funcionários de cemitérios (QUADRAT, 2002).

Nesse contexto, o Chile ocupava uma posição de isolamento no sistema internacional, podendo ser caracterizado, segundo Aravena (1997), como um país pária. Valenzuela (1985, p. 155, tradução nossa) ressalta que o termo “isolamento”, no caso do Chile, não deve ser entendido como a inexistência de relações internacionais, mas como:

A incapacidade por parte de um Estado de estabelecer ou manter contatos externos positivos e dinâmicos. O isolamento político de um Estado implica uma deterioração do prestígio nacional, elemento intangível do poder de particular transcendência para os países que, como o Chile, não contam com grandes recursos militares e/ou econômicos.

Valenzuela (1985) aponta que, a fim de superar o isolamento político, o governo chileno buscou obter legitimação internacional através da esfera econômica a nível governamental, sugerindo a determinados países que a posição econômica favorável motivava a retomada de relações bilaterais, e privado, estreitando vínculos com atores econômicos não estatais. A estratégia aspirava promover a imagem do modelo chileno como um caso de sucesso econômico, para minimizar os impactos políticos das violações aos Direitos Humanos.

Ademais, como reação as sucessivas condenações em âmbitos multilaterais,

Pinochet convocou uma “Consulta Nacional” em 1978, “uma espécie de plebiscito, em que o país deveria decidir entre o respeito à soberania nacional e os ditames das organizações mundiais” (WILHELMY; DURÁN, 2003, p. 276, tradução nossa). Apesar dos questionamentos no tocante a legitimidade de sua legitimidade, a consulta validou a manutenção do regime militar.

Dois anos mais tarde, em outro plebiscito, foi aprovada a Constituição Política de 1980. A nova carta política reforçava a orientação econômica liberal do regime, reduzindo as responsabilidades do Estado em questões sociais, limitando sua atividade econômica e regulatória e ampliando os direitos econômicos privados. Concedia mais poder ao presidente e a outras instituições, como as forças armadas, o poder judiciário e o banco central, fortalecendo o traço tecnocrata (BAUER, 1998). Ademais, o documento previa a realização de uma nova consulta popular em 1988, em que a população deveria escolher entre a manutenção do regime militar ou a redemocratização (KRETER, 2006).

Contudo, a bonança econômica que projetava uma impressão positiva no plano externo é abalada no princípio da década de 1980. Uma crise, iniciada com a quebra da Companhia Refinadora de Açúcar de Via del Mar (CRAV) em 1981, ampliou-se e atingiu toda a economia chilena, provocando uma onda de falências em todos os setores. As organizações empresariais seguiram apoiando o regime, mas formularam uma série de exigências ao governo, que atendeu parcialmente as medidas, como o aumento da emissão monetária, conversão de dívida com os bancos, facilitar o crédito e aumento a proteção contra importações (SILVA, 1995).

Por outro lado, o mau desempenho econômico deu lugar a protestos nacionais em 1983 e estimulou o fortalecimento da oposição. É nesse momento que se iniciam os esforços para concretizar uma convergência entre as diferentes forças opositoras, evidenciados no “Manifesto Democrático”, que constitui a *Alianza Democrática*, coalizão formada por partidos de diversas posições, e o *Acuerdo Nacional*, de 1985, documento desenvolvido por políticos, com a coordenação da Igreja Católica, que apresentava propostas políticas e econômicas (POLANCO, 2008).

Entre 1985 e 1986, a economia chilena retoma o crescimento econômico, em um contexto que países vizinhos passavam por fortes recessões, o que fortaleceu a coesão do governo de Pinochet e a noção do Chile como modelo de êxito econômico na América Latina (KRETER, 2006). Por outro lado, conforme Ffrench-

Davis (2016), a desigualdade social, que já vinha aumentando, avançou na década de 1980. Ademais, de acordo com Wilhelmy e Durán (2003), o endurecimento da repressão interna frente aos protestos populares desprestigiava a imagem externa do país.

A *Alianza Democrática* e o *Acuerdo Nacional* fomentaram a superação de divergências históricas entre partidos políticos e estabeleceram o gradualismo e moderação que formariam a base do processo de redemocratização. Esses movimentos originaram a *Concertación de Partidos por el "No"*, formado por dezessete partidos para enfrentar o plebiscito nacional, de 1988, que decidia a permanência de Pinochet no poder até 1997 (POLANCO, 2014). Kreter (2006) pontua que, além da busca por um consenso no espectro político, há um empenho, por parte das forças opositoras, em aproximar-se do empresariado, fortemente ligado ao regime militar, comprometendo-se com a continuidade da política econômica vigente, a fim de angariar apoio no setor.

No plano internacional, representantes diplomáticos estadunidenses e europeus pressionavam a restituição dos direitos democráticos no Chile. Da mesma forma, os processos de redemocratização que ocorriam na Argentina, Brasil e Peru, fortaleciam a retórica democrática no âmbito interno chileno (WILHELMY; DURÁN, 2003).

Apesar disso, Kreter (2006) aponta que os militares confiavam plenamente que os eleitores iriam optar pela manutenção do regime. O otimismo baseava-se na superação da crise da dívida, que enfraqueceu o discurso pró-democratização, e o apoio da elite econômica, que mantinha desconfiança a respeito da oposição. Além disso, o governo subestimava as bases de sustentação dos opositores.

Em 5 de outubro de 1988, a negativa para a continuidade do regime militar venceu o plebiscito com 55% dos votos, convocando eleições gerais para o ano seguinte. De acordo com Wilhelmy e Durán (2003), a coalizão *Concertación de Partidos por la Democracia*, cujo candidato era Patricio Aylwin, se consolidou como uma opção viável, agrupando apoios de partidos políticos de diferentes ideologias e governos externos, bem como de Organizações Não Governamentais (ONGs) e figuras da esfera acadêmica, e conseguiu a vitória na votação.

Internacionalmente, Kreter (2006) comenta que a redemocratização fortaleceu os vínculos com os EUA, uma vez que passaram a compartilhar afinidades na esfera política, além da já existente na econômica. Da mesma forma, o resultado foi bem

recebido pelos países democráticos, especialmente os da Europa Ocidental, que pressionavam a ditadura de Pinochet. Na América Latina, o novo presidente recebeu manifestações de apoio, sobretudo de Argentina e Brasil, que também estavam saindo de regimes militares.

3.4 Governo da *Concertación de Partidos por la Democracia* (1990-2010)

O início do governo da *Concertación* se sucede paralelamente à reestruturação do Sistema Internacional, que, com o fim da Guerra Fria, deixava de ser bipolar e tornava-se multipolar. A queda do bloco soviético em 1991, representava o triunfo do capitalismo e, sobretudo, dos Estados Unidos, que se consolidavam como potência hegemônica internacional (VALENTI; CARNEIRO; FILIPPI, 2018).

No campo das ideias, havia a noção de que o pensamento ideológico havia alcançado o ponto máximo de sua evolução. Em “O Fim da História?”, Francis Fukuyama (1989), resgatando a noção do idealismo hegeliano, que considera a consciência humana como agente primário nas mudanças da história, a qual também pode ser entendida como “ideologia”, sugeriu que o socialismo foi o último a apresentar algum contraponto relevante para a democracia liberal e, portanto, não existiria outra ideologia capaz de representar uma ameaça ao liberalismo como modelo de sociedade.

Nesse contexto, de acordo com Lampreia (1998), havia um consenso no plano internacional a respeito de valores – como a democracia, direitos humanos e meio ambiente – que deveriam ser seguidos pelos Estados. Da mesma forma, requeria-se uma postura econômica consoante com os preceitos liberais – disciplina fiscal e monetária, liberalização do comércio de bens e serviços, bem como dos fluxos financeiros. De acordo com Cervo (2000, p. 5), “O mundo parecia uniformizar-se nos aspectos tanto ideológico, quanto político, econômico e estratégico”.

Na América Latina, os Estados encontravam-se em processo de redemocratização, rompendo com regimes militares que perduraram durante as décadas anteriores. Ademais, neste período ocorre o encerramento do ciclo desenvolvimentista, que se estende de 1930 a 1989, e o início do paradigma neoliberal. Essa mudança foi resultado das postulações econômicas externas, somadas as crises que assolaram os países latino-americanos durante a década de

1980, que esgotaram a confiança no modelo desenvolvimentista (CERVO, 2000).

As mudanças que ocorriam nos países latino-americanos fizeram com que a apreensão decorrente dos desequilíbrios da década passada desse lugar à uma percepção positiva da região. Segundo Aravena (1997, p. 50-51):

A América Latina dos anos noventa é percebida como uma região estável e com potencialidades para o crescimento. O retorno à democracia no conjunto dos países sul-americanos, o restabelecimento da paz na América Central juntamente com o incremento da integração em toda a região fundamenta esta percepção de maior estabilidade.

Os Estados Unidos, com o fim da Guerra Fria, ostentavam capacidade econômica, comercial, financeira científica e tecnológica, que o colocaram acima das demais potências. Além disso, a difusão dos princípios liberais e a formação de uma agenda global através do multilateralismo produzia uma crença generalizada em sua legitimidade e os estabeleciam como uma liderança aceita na ordem internacional (BERNAL-MENZA, 2005).

No fim da década de 1980, os acordos preferenciais de comércio tornaram-se uma tendência internacional, frente aos impasses das negociações multilaterais no âmbito do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e às incertezas do cenário pós-Guerra Fria. A partir do tratado de livre comércio (TLC) dos Estados Unidos com o Canadá e do Tratado de livre Comércio da América do Norte (NAFTA), em 1992, diversos acordos preferenciais – bilaterais, regionais e plurilaterais – foram efetuados (LOPES; CARVALHO, 2010).

Dessa forma, ocorre uma onda de processos de integração no sistema internacional. O Tratado de Maastricht, de 1992, aprofundava a integração europeia; em 1991 surge o Mercado Comum do Sul (Mercosul); em 1993 a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC); e, em 1994, o NAFTA. Estes últimos três tiveram evidência nas relações exteriores do Chile durante a década de 1990 (KRETER, 2006).

Para países em desenvolvimento, os acordos regionais, de acordo com Lopes e Carvalho (2010, p) têm potencial de:

abrir possibilidades de reduzir ou eliminar barreiras protecionistas em produtos dos quais dependem fortemente e que enfrentam restrições em grande número de países, propensos a fazer coalizões em que os interesses dos países mais fracos podem entrar como moeda de troca

O Mercosul é instituído pelo Tratado de Assunção, firmado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em 1991, e aspira a construção de um Mercado Comum. A sua formação se deu, sobretudo, a partir do estreitamento das relações de Brasil e Argentina durante a década de 1980 e pela intenção dos países da região de elevarem a competitividade de suas economias frente aos impactos da globalização. O Protocolo de Ouro Preto, celebrado em 1994, declarou a personalidade jurídica internacional do bloco e estipulou uma Taxa Externa Comum (TEC) em relação a outros países, bem como uma política tarifária comum aos membros do Mercosul (FILHO, 2009).

O Chile recebeu convites para se tornar membro pleno do Mercosul, contudo, inicialmente, a região possuía uma importância menor do que a Europa e América do Norte nos objetivos comerciais do país andino. Ademais, as diferenças em matéria de políticas econômicas, sobretudo no grau de abertura da economia chilena, que era expressiva para adequar-se à média de tarifa alfandegária estabelecida pelo bloco, inviabilizavam a adesão do Chile (KRETER, 2006).

Contudo, Kreter (2006), observa que o Mercosul foi adquirindo uma maior relevância para a política exterior chilena, uma vez que Argentina e Brasil passaram a ser o terceiro e quarto maior parceiros comerciais do país. No entanto, as diferenças no âmbito econômico seguiam consistindo em uma barreira para o ingresso do Chile como membro pleno, resultando na criação da associação de membro associado. Dessa forma, sem a necessidade de adoção da TEC, o país introduziu-se a um mercado potencial de duzentos milhões de pessoas, proporcionado pelo acordo de redução gradual de tarifas alfandegárias, que representava oportunidades de expansão das exportações de produtos manufaturados, além de consolidar a presença do Chile na esfera política sul-americana.

O NAFTA, que entrou em vigor a partir de 1994, envolve o Canadá, México e Estados Unidos. Para os países norte-americanos, o tratado representava uma oportunidade de expandir as exportações para um mercado de 100 milhões de pessoas, enquanto, para os mexicanos, se tratava de um meio de atrair investimento estrangeiro e modernizar sua economia através da abertura comercial. Foi o acordo mais abrangente negociado na época, servindo de modelo para outros Tratados de Livre Comércio e negociações comerciais multilaterais (VILLARREAL; FERGUSON, 2017).

Wilhelmy e Durán (2003) comentam que em meados dos anos 1990, a diplomacia chilena iniciou negociações a fim de ingressar no NAFTA, fundamentando a estratégia no prestígio internacional que a economia carregava. De acordo com Kreter (2006), a adesão ao tratado era um dos principais objetivos do novo presidente e era apoiada pela maioria do empresariado chileno. No entanto, a grande resistência do Congresso estadunidense, devido a divergências políticas internas do país, e a falta de articulação dos negociadores chilenos para fazer *lobby* junto a classe política dos EUA – atividade legal no país – frustraram as tentativas do país andino.

A formação da APEC, por sua vez, origina-se em 1988, durante discussões sobre comércio internacional entre autoridades de Austrália e Japão, em que se idealiza a criação de um órgão intergovernamental formal voltado à integração e cooperação regional. Até então, as instituições existentes da região consistiam em fóruns de discussão de cunho acadêmico e empresarial, não possuindo participação direta dos governantes. A partir disso, lideranças australianas e japonesas fortaleceram a ideia, resultando na primeira reunião em novembro de 1989, com a participação de 12 Estados. Desde o princípio, a APEC não se propunha a ser um bloco, mas um fórum para promoção do comércio, expansão de investimento, transferência de tecnologia e desenvolvimento humano (ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION, 2019).

O interesse pela região da Ásia-Pacífico, iniciado durante o regime militar, aprofundou-se na década de 1990 e, dessa forma, o ingresso a APEC era de primeira importância nas relações exteriores do Chile e reunia esforços empresariais, acadêmicos e governamentais. A entrada chilena na organização sofria relutância de membros influentes, como a Austrália e Japão, os quais não reconheciam a legitimidade do país nos assuntos da região, contudo, o apoio de países do sudeste asiático, sobretudo a Malásia, cujo primeiro-ministro mantinha boas relações com o presidente Aylwin, foram fundamentais para a admissão do Chile, concretizada em 1994, na indonésia (WILLHELMY, 2010).

Neste período, a Europa empreende um processo de aproximação da América Latina, considerada uma área historicamente sob influência estadunidense. A estratégia compreendia na ampliação do diálogo político, através da participação em frentes multilaterais e visitas oficiais na região. Ademais, neste contexto, a União Europeia iniciou negociações para alcançar acordos com o Mercosul com a

Comunidade Andina (RIVERA, 2012).

A política de ampla liberalização comercial iniciada no regime das forças armadas foi reafirmada no novo mandato, acompanhada por uma estratégia de acordos bilaterais de comércio, que buscavam ampliar os ganhos de competitividade para os setores internos dependentes de importações e a expansão das exportações de bens que gozavam de vantagem competitiva no mercado global. Ademais, conforme será abordado posteriormente, a ênfase no bilateralismo, no âmbito do comércio, carregava objetivos políticos e de segurança (LOPES; CARVALHO, 2010).

No âmbito político, o governo buscava se reinserir internacionalmente, recuperando a presença e fomentando a institucionalização em esferas globais e regionais. Constatou-se uma maior atuação chilena no plano multilateral, sobretudo em temas concernentes à democracia e direitos humanos. Nesse sentido, se destacam o maior envolvimento na OEA, em que é assinada a Declaração de Santiago sobre proteção à democracia, em 1991; a incorporação ao Conselho de Segurança da ONU, em 1996 e 2003; e a participação ativa na APEC (WILHELMY; DURÁN, 2003). Klaveren (2011) ainda ressalta o compromisso assumido na ONU em matéria de prevenção e contenção de conflitos internacionais e a participação em diversas operações de paz.

No dia 11 de setembro de 2001, o *World Trade Center*, em Nova Iorque e o edifício do Pentágono em Arlington, Virgínia, são alvos de um ataque terrorista. O acontecimento provocaria mudanças significativas na política externa estadunidense, que adotou uma estratégia fundamentada na Guerra Global ao Terrorismo (GGT). A nova postura, ao combinar a noção de difusão dos valores liberais com concepções relativas à supremacia unipolar, idealizava a transformação da ordem internacional através da imposição da democracia e no combate militar a grupos terroristas. A conduta unilateral abalou a convicção nos Estados Unidos em sua função de potência estabilizadora do sistema internacional (MENDES, 2016).

Nesse período, governos de centro-esquerda chegavam ao poder em diversos países na América Latina, de forma relativamente síncrona. A tendência representou a perda de credibilidade das propostas de cunho liberal que haviam dominado o cenário político latino-americano na década anterior. Essa guinada à esquerda ficou conhecida como “onda rosa”, uma vez que as novas lideranças não possuíam aspirações revolucionárias, associadas ao vermelho, mas buscavam

promover reformas sociais dentro da própria estrutura capitalista (SILVA, 2015).

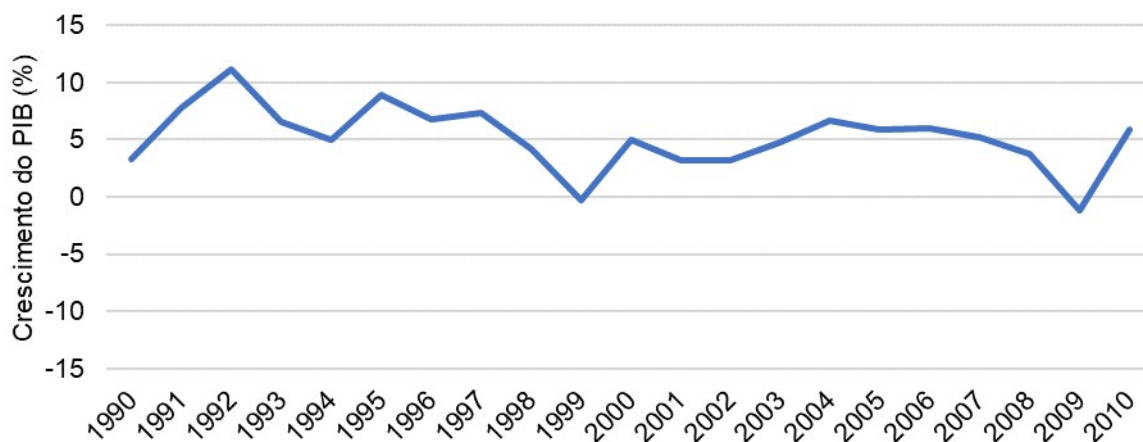
Dessa forma, o desprezo estadunidense, dentro de sua nova estratégia, às instâncias coletivas somado ao questionamento dos princípios liberais na região, resultaram na divergência entre os países latino-americanos e a política externa dos Estados Unidos. Este antagonismo evidenciou-se em diversos âmbitos, como na negativa do México e do Chile em apoiar a invasão estadunidense ao Iraque no Conselho de Segurança das Nações Unidas (HIRST, 2010).

Internamente, havia temor, por parte do empresariado, que as novas lideranças governamentais inserissem políticas protecionistas na economia chilena. A desconfiança era maior no setor agrícola, o qual havia se beneficiado com o aumento das exportações durante o regime militar e temia a retomada da demanda por uma reforma agrária, impulsionada pela esquerda no período anterior ao golpe de 1973. O governo da *Concertación*, no entanto, garantiu a continuidade, em linhas gerais, da política econômica e afastou qualquer possibilidade de promover a reforma agrária. Outrossim, buscou criar consensos nacionais, a fim de atender as expectativas dos empresários, mas também melhorar as condições dos trabalhadores (SILVA, 1995).

Contudo, Ffrench-Davis (2016) aponta que o novo governo aspirava alcançar um crescimento elevado combinado ao combate a problemas sociais, como a pobreza e o grau de desigualdade, que haviam crescido durante o período anterior. Para isso, empreenderam-se reformas que reestabeleciam os direitos trabalhistas e fortaleciam os sindicatos, acompanhada de uma reforma tributária e mudanças na política fiscal.

No fim da década de 1990, a crise financeira asiática tomou proporções globais e atingiu a economia do Chile, deteriorando o preço das exportações chilenas e reduzindo os fluxos de capitais externos. Como resultado, em 1999, o crescimento anual do PIB foi de -0,2%, finalizando o mais duradouro período de crescimento registrado na história do Chile, conforme o Gráfico 3. A superação da crise veio nos anos seguintes, através de ajustes internos e impulsionada pelo aumento nos preços internacionais das matérias primas, aumentando as exportações e investimentos no país (FFRENCH-DAVIS, 2016).

Gráfico 3 – Crescimento anual do PIB durante os governos da *Concertación* (1990-2010)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do The World Bank (c2022).

Durante os 20 anos à frente do governo chileno, a *Concertación* alcançou uma média de crescimento anual do PIB de 5,2%, maior do que a do regime militar, conforme o Gráfico 3. Ademais, os esforços no âmbito social resultaram em uma melhora no salário real dos trabalhadores e na distribuição de renda do país (FFRENCH-DAVIS, 2016).

A crise financeira internacional de 2008 afetou negativamente o nível de emprego e, conseqüentemente, o processo sustentado de redução da pobreza. Neste cenário, em 2009, o PIB teve variação negativa de 1,1%. Como resposta, o governo implementou uma política fiscal contracíclica, expandindo o gasto público em 17%, reduzindo impostos de alguns setores e concedendo subsídios às classes mais baixas. Essas medidas compensaram o choque externo e, ao longo de 2009 e 2010, conduziram a uma recuperação da atividade econômica (FFRENCH-DAVIS, 2016).

Contudo, a partir de metade de primeira década do século XXI, a *Concertación* mostrava sinais de desgaste, manifestados por revoltas populares, como *La Revolución Pingüina*, em 2006, em que estudantes foram às ruas demandar melhoras na qualidade e nos custos do sistema de educação, bem como os protestos de 2007 contra os problemas no transporte público de Santiago, o que afetou a popularidade do governo. Ademais, membros do Congresso deixaram a coalizão, fazendo com que Bachelet, então presidente chilena, perdesse apoio no órgão legislativo (WONDERLING, 2013).

Ademais, existia uma sensação de insegurança por parte da população, evidenciada por uma alta desaprovação da gestão da segurança pública. Na percepção dos cidadãos, uma maior ordem se traduziria em melhor qualidade de vida, ainda que em detrimento de algumas liberdades individuais. Nesse sentido, o combate efusivo da violência era um dos temas mais enfatizados por Piñera em sua campanha. Em contrapartida, o plano de Frei carecia de uma proposta que alcançasse credibilidade com os eleitores (JOFRÉ, 2010).

Nesse contexto, nas eleições de 2010, as forças de centro direita se concentravam na candidatura de Sebastián Piñera, da *Renovación Nacional*, partido que se distanciava dos ideais do regime militar e promovia um discurso focado no crescimento econômico e na ordem pública. A *Concertación*, por sua vez, representada pelo candidato, Eduardo Frei, presidente chileno de 1994 até 2000, dividia os votos com outros dois candidatos da esquerda (KAPLAN, 2011).

Esses fatores, de acordo com Fernández-Ramil (2010), se acrescentavam a uma crise de representação na política chilena, exposta pela menor votação em uma eleição presidencial desde a redemocratização. Dessa forma, em 17 de janeiro de 2010, Piñera derrotou Frei, com 51,61% dos votos, e elegeu-se presidente, estabelecendo a alternância de poder no país após vinte anos de governo da *Concertación de Partidos por la Democracia*.

3.4 Valores e objetivos da agenda internacional do regime militar (1973-1990)

De acordo com Cervo (2008), concepções de desígnio nacional, construídas por intelectuais e estadistas, podem agregar-se e fundamentar a política exterior de um Estado. O combate estadunidense ao terrorismo, no início do século XXI, e o projeto nacional de desenvolvimento brasileiro, entre 1930 e 1989, seriam amostras de noções de destino nacional na ação externa estatal.

Ademais, fontes de política externa são entendidas como o conjunto de valores e tradições cultivadas no âmbito interno, que moldam as aspirações e as relações do país no âmbito externo (VARAS, 1999). Cervo (2008, p. 9) aponta que:

[...] a política exterior fornece o conteúdo da diplomacia, sendo responsável por seus erros e acertos. Diplomacia sem política não passa de conduta vazia, movimento sem rumo, ação externa sem estratégia de realização de interesses nacionais e mesmo coletivos.

Wilhelmy e Durán (2003) caracterizam a política exterior do regime militar chileno como uma complexa combinação de preceitos nacionalistas e realistas, que buscava se inserir internacionalmente através do bilateralismo, em detrimento do multilateralismo. Outros valores identificados são o traço ideológico e a tendência comercial, reforçada, sobretudo, no intuito de superar o isolamento político no sistema internacional.

Para Pinochet, a ação executada contra o governo anterior inaugurava uma nova era na história do Chile (UGARTE, 1975, p. 412, tradução nossa):

Em 11 de setembro de 1973, data transcendental na história do país, em que o Chile se libertou do totalitarismo marxista que o oprimia e, inclusive colocava em risco sua soberania, teve início um processo de restauração da identidade chilena e de seus verdadeiros valores.

O combate à ameaça comunista se refletia, da mesma forma, no plano externo, sendo, de acordo com Wilhelmy e Durán (2003), o eixo central da política exterior chilena. Aravena (1997) destaca que o projeto de Pinochet postulava a necessidade de uma posição combativa, por parte do ocidente, no sistema internacional, criticando, em alguns momentos, o posicionamento de outros Estados frente ao bloco soviético.

O forte caráter anticomunista da política externa evidenciava-se, e pautava a atuação da diplomacia chilena em âmbitos multilaterais. As condenações nas Nações Unidas e em suas agências especializadas eram reconhecidas pelo governo como inadequadas e discriminatórias, compostas por elementos marxistas e fins políticos (WILHELMY; DURÁN, 2003).

Nas instâncias regionais, as manifestações eram similares e, em alguns momentos, refletiram-se na conduta confrontante da diplomacia chilena. Conforme exposto nas mensagens presidenciais de Augusto Pinochet Ugarte (1980), na IX Assembleia Geral da OEA, em 1979, a representação do Chile abandonou a sala durante o debate sobre o problema marítimo da Bolívia. Ainda no ano seguinte, no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Chile suspendeu a sua colaboração com o órgão em protesto às críticas do Presidente da Comissão (UGARTE, 1981).

As críticas feitas por veículos de comunicações internacionais, da mesma forma, eram descritas como sensacionalistas e conspiradoras contra a reconstrução da nação chilena. De acordo com o governo, a campanha era alimentada por

representantes da *Unidad Popular*, partido que governou o país entre 1970 e 1973, os quais publicavam somente notícias que satisfizessem seus propósitos políticos (UGARTE, 1975).

Cifuentes (2022) comenta que, a situação política no Chile não somente incidiu nas possibilidades de intercâmbio bilateral, mas, também, produziu uma situação inédita na sua história: o país, pela primeira vez, precisava concentrar seus esforços em defender-se das posições internacionais. O empenho em vincular-se ao sistema internacional, sustentado pelos governos anteriores, foi substituído por um comportamento reativo às acusações no âmbito externo.

A fim de enfrentar os ataques dos Estados e da imprensa, que desprestigiavam o Chile no plano externo, as forças armadas estruturaram um plano de comunicação. A estratégia consistia na constante produção de conteúdo que promovesse a imagem do país, por meio de edição livros, folhetos, boletins e filmes, e sua difusão em outros países, através do serviço diplomático, jornalistas e personalidades (UGARTE, 1974).

Ademais, o governo contestava a pressão internacional reafirmando, constantemente, o cumprimento do princípio de não intervenção em assuntos internos dos Estados. Colacrai e Lorenzini (2005) observam que este valor é uma das tendências históricas do Chile mantidas durante o regime das forças armadas. De acordo com Pinochet (UGARTE, 1980, p. 11, tradução nossa), o princípio de não intervenção, juntamente com:

a igualdade jurídica dos Estados, a solução pacífica de controvérsias, o fiel cumprimento dos tratados internacionais e o respeito à autodeterminação dos povos são elementos de suma importância para o Chile e cuja observância a consolidação da justiça e da ordem dentro relações internacionais depende.

Wilhelmy (1979) observa que a valorização da democracia constituía um elemento essencial na obtenção de prestígio internacional, que destoava do discurso do governo militar, o qual evidenciava a necessidade de ordem, estabilidade e autoridade, em detrimento do regime democrático. Para as forças armadas, uma real democracia só seria alcançada por meio da construção de uma nova sociedade baseada em valores nacionalistas, solidariedade, justiça e participação responsável dos chilenos (UGARTE, 1974).

A segurança consistia em outro tema frequentemente exposto nas

manifestações oficiais do Chile durante este período. O representante chileno, em seu discurso no XLI período de sessões da Assembleia Geral da ONU (1986), demandou uma urgente ação conjunta da comunidade internacional contra o terrorismo, classificado como uma ameaça à paz interna dos Estados. Posteriormente, na mensagem presidencial de Ugarte (1987, p. 6, tradução nossa), Pinochet salientou a existência de um terrorismo internacional, o qual, apesar de diferir nos meios utilizados, possuía o objetivo final de destruir a sociedade cristã ocidental e pontua que: “[...] os maiores inimigos da liberdade e dos direitos humanos são aqueles que protegem o terrorismo e o crime organizado, tornando-se juízes e árbitros da nossa realidade perante os organismos internacionais”.

Relacionado à esta questão, destaca-se o fator territorial, historicamente presente na política exterior chilena, e uma das principais pautas do regime militar. Assuntos relacionados ao espaço aéreo, direito do mar e utilização de recursos naturais são tratados como temas de “interesse permanente” e concernentes à soberania chilena (UGARTE, 1988).

Conforme Vera (2016), após a tomada do poder pelos militares, cerca de 26% dos funcionários do serviço exterior foram exonerados e, entre 1973 e 1990, 51 pessoas ingressaram no serviço exterior sem passar pela Academia Diplomática. Ao fim do período, aproximadamente 64% dos cargos da chancelaria haviam sido nomeados por Pinochet. A diplomacia do regime militar é designada por Valenzuela (1984) como pretoriano-ideológica, devido ao seu caráter ideológico e abertamente confrontante. Este estilo é marcado pela objetividade e inflexibilidade nas negociações, diálogos e compromissos, bem como pela centralização da tomada de decisão na figura presidencial.

O traço presidencialista da política externa é evidenciado no Art. 32 da Constituição da República do Chile (1980, p. 33, tradução nossa), estabelecida pelos militares, que indica como competência do presidente:

Conduzir relações políticas com potências estrangeiras e organizações internacionais e conduzir negociações; concluir, assinar e ratificar tais tratados como considera expediente para os interesses do país, que serão submetidos ao Congresso para aprovação de acordo com as disposições do artigo 50º, N. 1.

De acordo com Lopes e Carvalho (2010), outro elemento essencial da política exterior dos militares era a orientação comercial, em que a promoção das

exportações era entendida como condição necessária para alcançar o desenvolvimento econômico. Desse modo, a atuação internacional chilena estava em conformidade com as políticas de liberalização que se desenvolviam no plano interno. Conforme exposto na mensagem presidencial de Ugarte (1979), no âmbito multilateral, a preocupação fundamental traduzia-se nas medidas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos. Já na esfera bilateral, a Direção de Assuntos Econômicos Internacionais buscava estreitar os laços com outros países, coordenando e participando de missões comerciais. Ademais, segundo Valenzuela (1985), a inserção comercial, em grande medida, substituíra a inserção política, sendo utilizada de forma estratégica para melhorar reputação externa do Chile.

As limitações políticas no ambiente internacional também suscitaram o governo militar a buscar uma maior aproximação da região asiática. Além do interesse comercial e geopolítico na região, muitos países do leste europeu também estavam sob regimes autoritários, o que não gerava divergência política (WILHELMY, 2010). O governo ressaltava que a projeção natural do Chile em direção ao Oceano Pacífico concedia uma notável importância aos países da região (UGARTE, 1980).

A agenda para com os Estados Unidos caracteriza-se pelo alinhamento ideológico, dentro do contexto da Guerra Fria. O país norte-americano, na manifestação de Ugarte (1984, p. 18, tradução nossa) é definido como “país líder do mundo ocidental”. Além disso, Valenzuela (1997) observa que os estadunidenses eram compreendidos como importantes aliados na esfera financeira, sobretudo na negociação da dívida externa chilena, bem como no campo comercial e da cooperação militar.

No entanto, ainda que reconhecesse a liderança estadunidense, o Chile, em alguns momentos turbulentos da relação, não cedeu às demandas norte-americanas. A solicitação de extradição dos chilenos envolvidos no assassinato de Orlando Letelier, em Washington, foi negada pelo país andino, que reafirmou seus valores de defesa da soberania e de não intervenção em assuntos internos de outros Estados. Ademais, os EUA não foram isentos das críticas relativas aos erros no combate ao comunismo no âmbito internacional. Ugarte (1980, n.p, tradução nossa), após Reagan derrotar Carter nas eleições presidenciais, coloca que:

[...] o resultado da eleição presidencial estadunidense nos permite ter maior confiança de que nossos apelos terão eco no Ocidente e em que a principal

nação do mundo livre retoma a liderança que hoje parece ter abandonado, tentando, em vez disso, compensar sua indolência através de uma política de conciliação com o adversário soviético e sanções e discriminação contra aqueles que eram seus amigos tradicionais e aliados.

Aravena (1997) pontua que, devido às tensões do passado, a vizinhança contém um caráter político-estratégico para a política exterior do Chile. Durante o mandato de Pinochet, essa tendência era reforçada no discurso oficial, conforme Ugarte (1976, p. 35, tradução nossa):

O continente latino-americano continua sendo um centro de interesse prioritário nas conquistas de nossa diplomacia. Nossa fraternidade continental se nutre da história e se projeta no futuro comum, que emana de uma coincidência de princípios e interesses e adquire seu dinamismo na formação e planejamento de uma estratégia de futuro, baseada na maturidade individual e coletiva de nossa América.

No âmbito da América do Sul, a postura chilena neste período, segundo Wilhelmy e Durán (2003), é pragmática e concentrava-se em reduzir vulnerabilidades existentes no entorno, de acordo com as percepções das forças armadas. No entanto, tal pragmatismo não foi capaz de evitar as tensões com a Argentina, Peru e Bolívia durante a década de 1970.

Conforme Wilhelmy (1979), o relacionamento com a Bolívia, abalado desde a Guerra do Pacífico, foi, inicialmente, positivo. Em 1975, na reunião de Charaña, as relações diplomáticas entre os países foram retomadas depois de 13 anos. A mensagem de Ugarte (1975) destaca o esforço para transformar as fronteiras em “elementos vivos”, facilitando a troca de produtos e experiência, e manifestava a sua disposição para resolver a demanda boliviana.

No entanto, a incapacidade de alcançar um acordo em comum levou a uma nova crise entre os Estados, culminando, em 1978, em uma nova ruptura das relações diplomáticas. Ademais, a decisão da Bolívia de manifestar suas aspirações territoriais no âmbito da OEA foi duramente criticada pelo Chile, que reiterou a necessidade de resolver o tema na esfera bilateral (UGARTE, 1980).

Da mesma forma, nas décadas de 1970 e 1980, em linhas gerais, os vínculos com os argentinos foram aprofundados, conforme Wilhelmy e Durán (2003). Em Ugarte (1976), o Ministério das Relações Exteriores expõe a construção de um plano de ação, que fortaleceria a parceria em frentes econômicas, de integração física, turismo e cooperação científica e tecnológica.

Contudo, a crise do Canal do Beagle representou um deterioro nas relações dos vizinhos. Manzano-Iturra (2021), ressalta que, para Pinochet, o domínio da região possuía uma importância geopolítica primordial. Lacoste (2004) menciona que, ainda assim, após a Argentina rechaçar o laudo arbitral, o Chile permaneceu no campo legal, que o favorecia, reafirmando sua crença em uma solução por meio do direito internacional.

Por outro lado, as relações com o Brasil, que também estava sob o comando de militares, se intensificaram neste período. Kreter (2006) aponta que tal aproximação era considerada estratégica pelos chilenos, por conta das tensões com seus países limítrofes. Em Ugarte (1980), o relacionamento é descrito como “profundo” e “inalterável”, destacando os frequentes intercâmbios de visitas de burocratas, bem como a crescente importância comercial dos brasileiros para o Chile.

O posicionamento chileno frente à Europa é marcado pelas críticas, por parte dos países europeus, aos concernentes as transgressões aos direitos humanos no âmbito interno do Chile, que as atrelava a uma campanha de difamação de forças opositoras. Para além do âmbito político, o país andino solicitava uma maior objetividade na avaliação dos seus avanços sociais e econômicos, postos como um atrativo aos investimentos europeus (UGARTE, 1980)².

3.5 Valores e objetivos da agenda internacional da *Concertación* (1990-2010)

A agenda internacional dos governos da *Concertación*, por sua vez, é marcada por um estilo pragmático, com ênfase no âmbito econômico e comercial e por uma inserção pautada pelo regionalismo aberto e pela promoção da democracia, multilateralismo e dos direitos humanos. Em seu discurso na ONU, o presidente Patricio Aylwin Azocar (1992, p. 324, tradução nossa) elenca os objetivos principais do novo governo no plano internacional:

1. Recuperar a presença internacional do nosso país, através de uma atuação realista inspirada nos valores e princípios referidos, com especial destaque para a defesa dos direitos humanos;
2. Universalizar nossas relações internacionais em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais;
3. Promover a integração econômica e a coordenação política

² As mensagens presidenciais de Augusto Pinochet Ugarte eram relatórios anuais do regime militar. Não se pode encontrar versões dos governos posteriores.

latino-americana, incluindo o desenvolvimento de conceitos modernos de segurança que fortaleçam a paz e a democracia na região; 4. Desenvolver uma política econômica externa aberta e moderna que nos vincule aos núcleos dinâmicos de crescimento e inovação tecnológica [...]

De acordo com Aravena (1997), com a transição de regime, a democracia e os direitos humanos passam a ser elementos fundamentais da política exterior chilena e de seu reconhecimento internacional. O programa de governo de Bachelet (2005, p. 100, tradução nossa) pontua que:

Para o Chile, a promoção e proteção da democracia e dos direitos humanos é uma questão de interesse nacional. É um compromisso ético para nossa história, mas também um compromisso emblemático que trouxe prestígio e respeito ao país nos últimos anos.

Durante a transição, o Chile vai à esfera internacional e reconhece as violações aos Direitos Humanos ocorridas durante o regime militar. Em 1990, é criada a Comissão de Verdade e Reconciliação, com o objetivo de esclarecer os eventos sucedidos. Esta conduta, para Cifuentes (2022) representou uma mudança na posição do país, que, ao reconhecer os abusos cometidos, afasta-se da condição de Estado acusado e passa a desempenhar um papel construtivo na reparação e justiça às vítimas.

Ademais, Cifuentes (2022) observa que a universalização das relações diplomáticas, parte fundamental do processo de reinserção internacional, diferenciava-se das decisões pautadas por elementos ideológicos durante a Guerra Fria. Desse modo, buscava-se recuperar a legitimidade da diplomacia chilena nos foros internacionais, assim como assimilar o pluralismo de atores que emergia no sistema internacional.

No âmbito econômico, da mesma forma, o país perseguiu uma inserção múltipla e flexível, sob o princípio do regionalismo aberto, buscando vincular-se com diferentes regiões, de forma não excludente. Essa estratégia possibilitou uma participação nas instâncias multilaterais latino-americanas, bem como nos processos de integração da região, sem assumir compromissos que implicassem na elevação de restrições de importação ou dificultasse a negociação de acordos comerciais com outras regiões (BUSTAMANTE; RIVERA, 2011).

Em discurso oficial, o então presidente Ricardo Lagos destaca que o potencial de crescimento econômico do Chile está no plano externo e, portanto, para o país, a globalização não é uma opção, mas uma necessidade e uma oportunidade (LAGOS,

2002). Nesse sentido, Lopes e Carvalho (2010) comentam que a política de exportação como elemento central de desenvolvimento econômico foi reafirmada pela *Concertación*. Entendia-se que não era mais possível a ampliação do comércio por meio de reduções da tarifa externa unilateral, que já se encontrava em patamares muito baixos. Dessa forma, adotou-se uma estratégia de acordos bilaterais, a fim de complementar a abertura unilateral e expandir o acesso a mercados.

A tradição legalista, sobretudo no que diz respeito aos tratados internacionais e ao princípio de não intervenção, prevaleceu durante este período, evidenciada na oposição do Chile, então membro do Conselho de Segurança da ONU, à invasão do Iraque (COLACRAI; LORENZINI, 2005). Ao tratar do tema, o presidente Lagos (2003) citou o pleno apreço ao direito internacional e a paz como convicções formadoras da identidade chilena e ressaltou a necessidade de o povo iraquiano determinar o seu futuro político e o controle dos seus recursos naturais.

O apego ao direito internacional, de acordo com Pizarro (2019), da mesma forma, fundamenta a manutenção de suas fronteiras, bem como de seus recursos naturais, reafirmando o elemento territorial da agenda internacional do país andino. Nesse sentido, Bachelet (2005) classifica os assuntos relativos ao mar e ao meio ambiente como fundamentais e de interesse permanente, destacando a importância da soberania da Ilha de Páscoa para a consolidação do Chile como uma “ponte” entre a Ásia e a América Latina.

Ademais, as definições de política externa durante após a redemocratização possuem um forte caráter presidencial, traço que remete às primeiras décadas da história do país e que foi reforçado na Constituição estabelecida pelo regime militar. A diplomacia presidencial, portanto, é um elemento que persiste e, nesse novo contexto, se apresenta tanto na forma bilateral, quanto multilateral, nas cúpulas e encontros internacionais (ARAVENA, 1997).

No que diz respeito a burocracia, Cifuentes (2022) comenta que não ocorreram mudanças expressivas. O corpo burocrático chileno possui estabilidade e as alterações nos embaixadores, os quais são nomeados pelo presidente da república, não foram significativas a ponto de impactar na política exterior.

Além disso, durante a transição democrática pacífica, a nova administração precisou gerir interesses distintos. Nesse sentido, para o novo governo, empreender uma reforma no corpo do Ministério das Relações Exteriores apresentava muitos

custos políticos e poucos benefícios práticos, uma vez que se entendia que a influência dos diplomatas de carreira na formulação da política externa era baixa (VERA, 2016).

O novo governo entendia que para se alcançar uma política externa estável, era imprescindível desenvolver relações satisfatórias com os países vizinhos. Para tanto, era necessário abordar temas tradicionais, sobretudo as antigas questões limítrofes que foram fontes de tensões ao longo da história, bem como novas temáticas, referentes à cooperação e interdependência regional (KLAVEREN, 2011).

Rivera (2012) ressalta que, devido ao tamanho relativo do país e sua posição geográfica, a estratégia chilena assumia que sua inserção às correntes globais deveria se dar a partir de uma perspectiva latino-americana. Tal retórica evidenciava-se na manifestação do presidente Ricardo Lagos (2003), o qual afirma que os países nascem de sua realidade regional e, por isso, a prioridade das relações chilenas reside na América Latina.

Ademais, as oportunidades da região inseriam-se no pragmatismo comercial da agenda chilena, expressado por Bachelet (2005, p. 98, tradução nossa):

A América do Sul é onde mais cresce a exportação de produtos chilenos de alto valor agregado. Onde se investe a maior parte do capital privado nacional. Onde há maior potencial para multiplicar os laços turísticos, econômicos e culturais. Onde estão os potenciais parceiros para desenvolver projetos de energia, mineração ou infraestrutura.

Nesse sentido, Klaveren (2011) enfatiza o esforço para aprofundar os vínculos com os vizinhos argentinos e superar a desconfiança concernentes às tensões territoriais das décadas anteriores, resultando na Declaração Presidencial sobre Limites, adotada pelos países em 1991, a qual resolveu os problemas limítrofes que estavam pendentes. O presidente Patricio Aylwin Azocar (1992) ressaltou os valores compartilhados pelas nações e ressaltou que os fatores geográficos, os quais outrora alimentaram desentendimentos, fortaleceriam ainda mais a união entre os Estados.

A respeito da Bolívia, Pizarro (2019) aponta que, apesar das relações diplomáticas não terem sido reestabelecidas, há avanços em temas comerciais, políticos e sociais. Contudo, o autor caracteriza a relação como um “diálogo de surdos”, em que a Bolívia aspira uma saída soberana ao Oceano Pacífico, enquanto o Chile busca instigar aspectos econômicos. Em seu programa de governo, Bachelet

manifesta a disposição para dialogar e promover acordos econômicos, porém, ressaltando, o imprescindível respeito aos tratados de fronteira existentes (BACHELET, 2005).

O interesse para com a Ásia, sobretudo a região sudeste do continente, se intensifica a partir da década de 1990, em que a inserção nos foros de cooperação do Pacífico foi colocada como alta prioridade. O presidente Frei expõe os esforços do governo e salienta a participação de atores privados na consolidação dos objetivos na região:

O aprofundamento da vinculação à Ásia-Pacífico constitui um dos eixos centrais da política externa do Chile. O Círculo do Pacífico é, sem dúvida, um dos principais cenários internacionais para o mundo vindouro. [...] No entanto, nossa presença real na região ainda é insuficiente e o governo pode apenas criar as condições e construir as pontes. O setor privado deve estar disposto a usá-las, com ousadia e criatividade, se quisermos efetivamente fazer do Chile a “porta de entrada para o Pacífico” na América do Sul (CHILE, 1994, p. 25-26, tradução nossa).

Os Estados Unidos ocupavam um importante lugar na agenda internacional chilena durante os mandatos da *Concertación*, sobretudo na esfera comercial. Entretanto, o Chile não definiu sua política externa em função da potência norte-americana, mas buscou desenvolver uma relação estável, que satisfizesse os interesses de ambas as partes. A oposição a Guerra do Iraque, nesse sentido, evidenciou a maturidade que a relação bilateral havia alcançado (KLAVEREN, 2011).

O continente europeu, segundo Pizarro (2019), foi privilegiado pelo caráter econômico-comercial da política externa chilena. Ademais, para Bachelet (2005, p. 99-100, tradução nossa):

A ênfase europeia na defesa e promoção da democracia e dos direitos humanos, a rejeição da pena de morte, a primazia do multilateralismo, a adesão ao direito internacional, a validade das políticas de cooperação para o desenvolvimento são elementos fundamentais de interesse mútuo para os países da União Europeia e para o Chile.

Portanto, do ponto de vista simbólico, o discurso empregado pelos líderes da *Concertación* enfatiza a retomada de elementos negligenciados na política exterior do regime militar, como a universalização das relações diplomáticas e o respeito ao multilateralismo. A agenda política-diplomática mostra-se pragmática e sustenta-se na promoção da democracia e dos direitos humanos.

Contrastando com o período anterior, em que o país encontrava dificuldade de superar o isolamento político, o novo governo não somente mostra-se plenamente estabelecido no sistema internacional, como também se esforça para construir relações com diferentes regiões. Em outras palavras, conforme Rivera (2012), após a redemocratização, o Chile buscou alcançar uma inserção internacional ativa, em detrimento da política externa reativa adotada pelos militares.

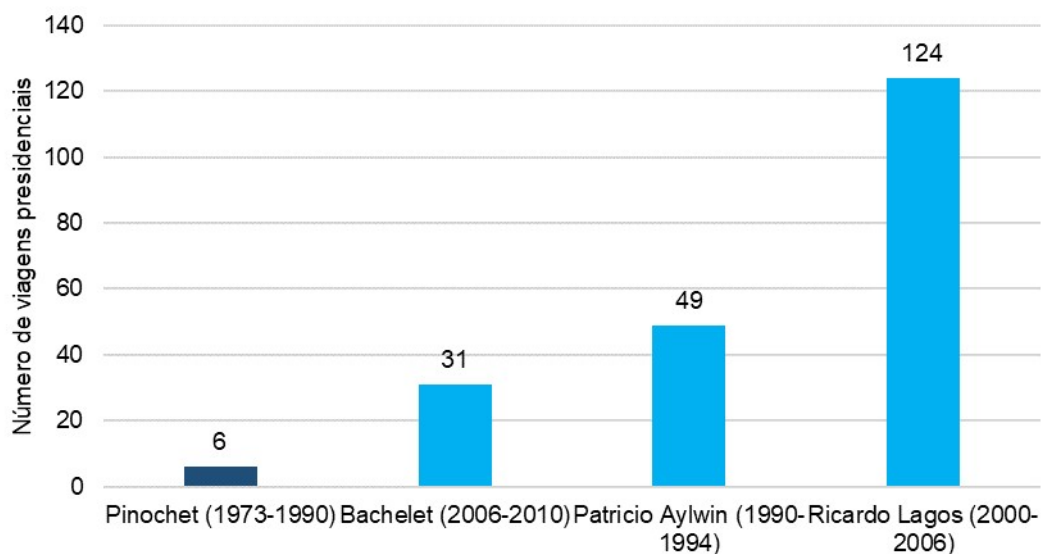
Por outro lado, algumas características da agenda internacional do mandato de Pinochet apresentam continuidade. O aspecto comercial e a estratégia de desenvolvimento por meio das exportações, introduzido pelos militares, é reforçado pelos governos democráticos. O traço presidencialista na condução externa, da mesma forma, é mantido durante este período. Ademais, a ênfase da América Latina no discurso oficial, bem como as demonstrações de interesse para com a Ásia-Pacífico, consta em ambos os momentos da política exterior do Chile.

3.6 Políticas externas de Pinochet e da *Concertación* (1973-2010)

A atuação do presidente no plano internacional personaliza a política, conforme aponta Danese (2017, p. 38): “[...] o próprio enfoque da política externa em geral passou a ser fortemente marcado pelo prisma da diplomacia presidencial, que começou a organizar a ação diplomática, como vetor e elemento que lhe dá coesão e sentido”. De acordo com Valenzuela (2019, p. 72):

O presidente do Chile goza de autoridade significativa para promover uma agenda de política externa sem buscar muitos compromissos com outros atores dentro da burocracia. Nesse sentido, o chefe de governo atua como um Executivo de Política Externa, decidindo os cursos de ação e tendo grande autonomia para formulá-los.

Nesse sentido, a partir da percepção da relevância da figura presidencial na política externa chilena, a avaliação do número de viagens internacionais realizadas pelos presidentes traduz-se em uma forma de comparar o nível de inserção do país em cada um dos períodos (Gráfico 4). Apesar de não apresentar os dados da totalidade das viagens dos mandatos de Bachelet e Eduardo Frei, é possível atestar a notável diferença entre o regime militar e os mandatos da *Concertación*.

Gráfico 4 – Viagens presidenciais (1973-2010)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados de Ugarte (1974), Ugarte (1975), Ugarte (1977), Chile (2008), Chile (2009), Chile (2010), *Fundación Democracia y Desarrollo* (2022) e *Fundación Patricio Aylwin Azócar* (2022).

As visitas internacionais realizadas por Pinochet, à frente do executivo chileno por cerca de 17 anos, representam cerca de somente 4,8% do número total de viagens oficiais realizadas por Lagos, líder do executivo durante 6 anos. Este expressivo contraste indica o isolamento do governo chileno na esfera político-diplomática, ocasionado, de acordo com Aravena (1997), pelo rechaço internacional ao projeto nacional autoritário no plano interno e ao estilo de diplomacia pretoriano-ideológico. Ademais, Valenzuela (1985) observa que grupos econômicos privados desempenhavam um papel importante na estratégia as forças armadas de minimizar o isolamento político, realizando viagens ao exterior como embaixadores semioficiais do governo.

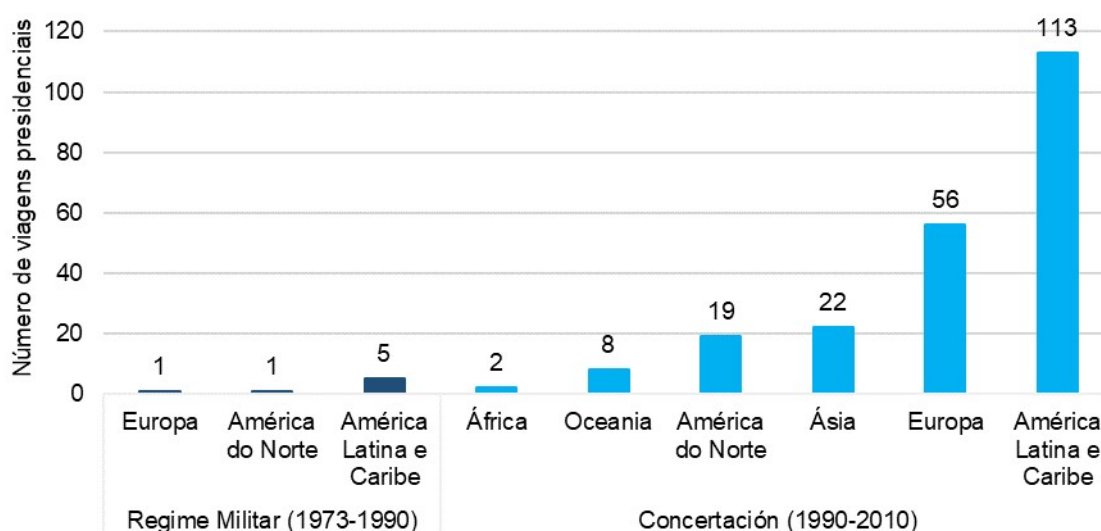
Outra análise pertinente corresponde aos principais destinos por região, exposta no Gráfico 5³. Nesse sentido, verifica-se que em ambas as conjunturas, a América Latina e Caribe foi a região privilegiada nas visitas presidenciais, reafirmando o discurso dos governos, que a colocavam como prioridade de suas agendas externas. No que diz respeito a Europa, segundo principal destino das visitas oficiais entre 1990 e 2010, Wilhelmy e Durán (2003) comentam que a

³ As divisões geográficas nos gráficos foram determinadas de acordo com a classificação do *The United Nations Statistics Division* (c2022). Contudo, optou-se, por fins didáticos, classificar os países da América do Sul, América Central e Caribe como “América Latina e Caribe”.

percepção internacional da “excepcionalidade” chilena no âmbito econômico e a retomada da democracia, foi determinante no aprofundamento das relações com os países do velho continente.

A Ásia, por sua vez, ocupa a terceira posição no número de viagens presidenciais da *Concertación*, corroborando com Wilhelmy (2010), o qual aponta que o interesse pela região asiática, iniciada no governo militar, se intensificou após a redemocratização. Apesar de sua disposição em aprofundar os vínculos com os asiáticos, Pinochet não visitou nenhum dos países da região, uma vez que, em 1980, enquanto viaja à Ásia para uma série de encontros oficiais, Fernando Marcos, presidente da Filipinas, cancelou o seu convite abruptamente, fazendo com que líder chileno retornasse ao seu país e cancelasse seus compromissos nos demais territórios. Segundo Wilhelmy e Durán (2003), este episódio confirmou a debilidade da posição internacional chilena naquele contexto, deixando claro que a aproximação com os países do Sudeste Asiático, ainda que suscitasse interesses comerciais, dificilmente beneficiaria o Chile no plano político-diplomático.

Gráfico 5 – Viagens presidenciais por região (1973-1990)



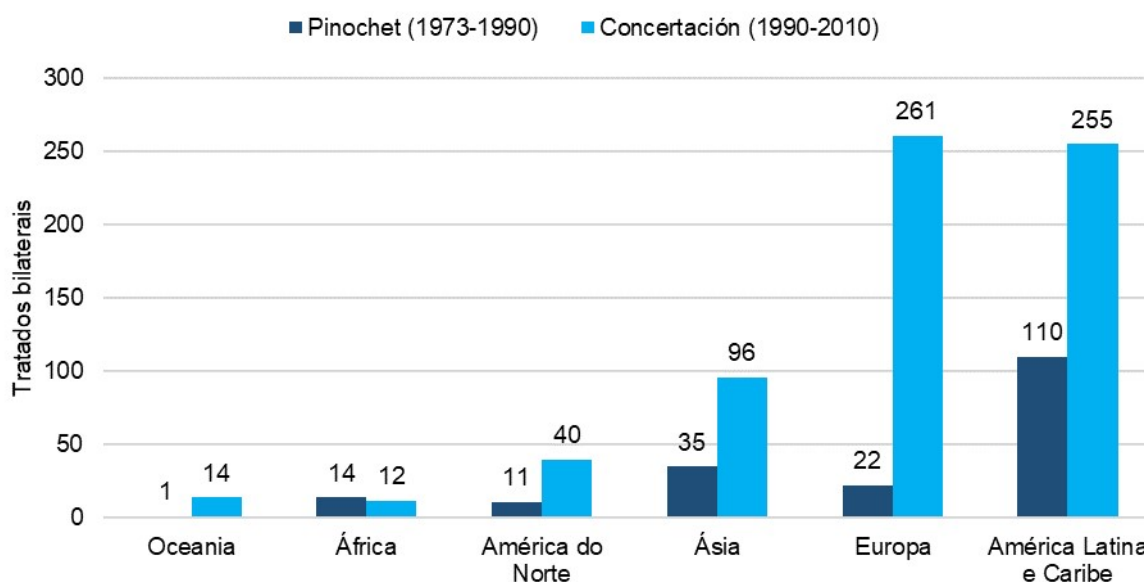
Fonte: Elaboração própria, com base em dados de Ugarte (1974), Ugarte (1975), Ugarte (1977), Chile (2008), Chile (2009), Chile (2010), *Fundación Democracia y Desarrollo* (2022) e *Fundación Patricio Aylwin Azócar* (2022).

Os tratados internacionais correspondem a outra maneira de avaliar o grau de envolvimento de um Estado no sistema internacional e as regiões priorizadas em sua atuação. O Gráfico 6, que expõe os tratados bilaterais aprovados entre 1973 e

2010, assim como os gráficos que analisam as viagens presidenciais, indica uma maior inserção internacional no período da *Concertación*, bem como uma ênfase à Europa e América Latina e Caribe.

A estratégia de ampliação de acordos bilaterais na América Latina e Caribe, a partir da redemocratização, envolvia aspirações para além de ganhos estritamente comerciais. Os acordos também foram utilizados como instrumento para a manutenção da segurança, sobretudo com os Estados que protagonizou tensões limítrofes no passado, como a Argentina, Peru e Bolívia (LOPES; CARVALHO, 2010).

Gráfico 6 – Tratados bilaterais aprovados (1973-2010)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Biblioteca do Congresso Nacional do Chile (c2022).

Ademais, no intuito de retomar as relações diplomáticas, bem como melhorar o acesso aos mercados, o Chile negociou Acordos de Complementação Econômica (ACEs) com países do Pacto Andino, bloco que o Chile reingressou em 2006 como membro associado, trinta anos após sua saída. Nesse sentido, durante a década de 1990, foram negociados ACEs com a Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia e Peru. Com estes dois últimos países, os acordos foram, posteriormente, ampliados para Tratados de Livre Comércio (TLCs) (LOPES; CARVALHO, 2010).

A cooperação com os países europeus, prejudicada durante o regime militar, se intensificou durante os mandatos da *Concertación*. As iniciativas se expressavam, sobretudo, em temas referentes aos direitos humanos, democracia, ciência e

tecnologia, inovação e energias renováveis. A reaproximação com a região culminou no Acordo Marco de Cooperação, em 1996, o primeiro acordo de quarta geração na América Latina, que, em 2002, seria ampliado para um Acordo de Associação. Além disso, a vinculação compreendia em fortalecer o diálogo político e os interesses em comum em âmbitos multilaterais (RIVERA, 2012).

A Ásia detém o segundo maior número de tratados bilaterais no mandato de Pinochet, período em que o Chile instituiu diversas missões diplomáticas na região, a fim de diversificar suas relações, uma vez que os países asiáticos não manifestavam repúdio à política interna chilena. Wilhelmy (2010) observa que das onze embaixadas na Ásia-Pacífico, dez haviam sido estabelecidas durante o regime militar. Ademais, conforme Sanhueza e Soto (2009), os esforços chilenos levaram à criação do Comitê de Cooperação no Pacífico em 1985, órgão que integrava a esfera pública, acadêmica e empresarial, a fim de assessorar o Ministério das Relações Exteriores nas instancias de cooperação.

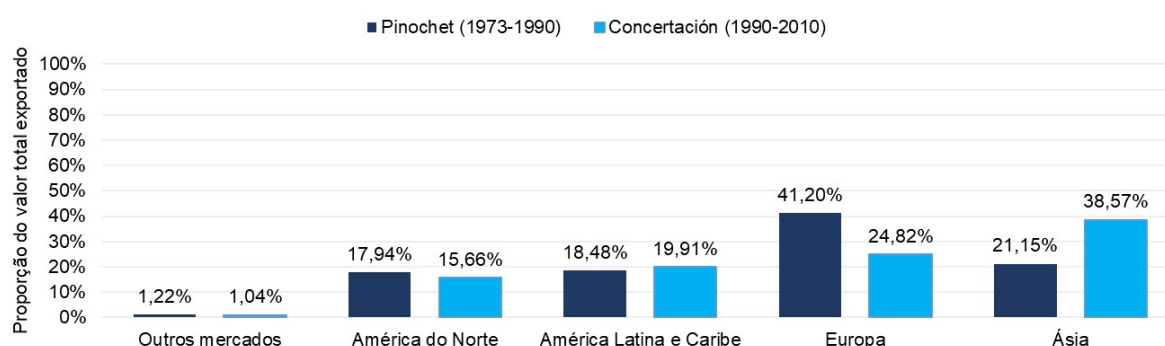
Os governos democráticos ampliaram a presença chilena na região, indicando um traço de continuidade na política externa do país andino. Entre 1990 e 2010, foram assinados cinco acordos comerciais com países asiáticos, dos quais dois são TLCs, com China e Coréia do Sul (CHILE, c2022). Além disso, evidencia-se o ingresso ao Conselho de Cooperação Econômico do Pacífico (PECC) em 1991, e à Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC), em 1992, que, de acordo com Wilhelmy (2010), consiste em um marco para o comércio exterior do Chile. No Gráfico 7, verifica-se que nos mandatos da *Concertación* a Ásia ocupa quase 40% do total das exportações chilenas. Complementando, Lopes e Carvalho (2010, p. 678) destacam que:

O fato de a região da Ásia-Pacífico ter se tornado o principal destino das exportações chilenas se deveu, em grande medida, a investimentos em recursos humanos feitos no Chile a partir do governo Frei, que possibilitaram o maior conhecimento dos chilenos em relação à região. Foram fundados comitês de estudos sobre a região asiática, o que propiciou uma maior participação do país na APEC, da qual se tornou membro pleno em 1994. Em 1992, o país já era membro associado do Fórum. No governo Lagos, ademais da participação da APEC, o Chile começou a buscar selar TLCs com a região, para, além de melhorar seu acesso aos mercados da Ásia-Pacífico, facilitar a articulação dos chilenos com os países da região, na perspectiva de viabilizar seu projeto de ser “ponte” entre América Latina e Ásia-Pacífico.

Relacionando o Gráfico 7 com as análises das viagens e dos tratados

internacionais, percebe-se que, embora existisse uma resistência, por parte dos europeus, na relação política-diplomática com o governo militar, no plano econômico a região traduzia-se no principal destino das exportações chilenas. Após a redemocratização, a Europa seguiu sendo importante para as exportações chilenas. O Acordo de Associação com a União Europeia, de 2002, determinava uma liberalização gradual e recíproca do comércio em até dez anos, a fim de produzir a liberalização de 97% do comércio bilateral e, cinco anos após entrar em vigor, as exportações chilenas ao mercado europeu haviam triplicado (RIVERA, 2012).

Gráfico 7 – Destinos das exportações chilenas por região (1973-1990)



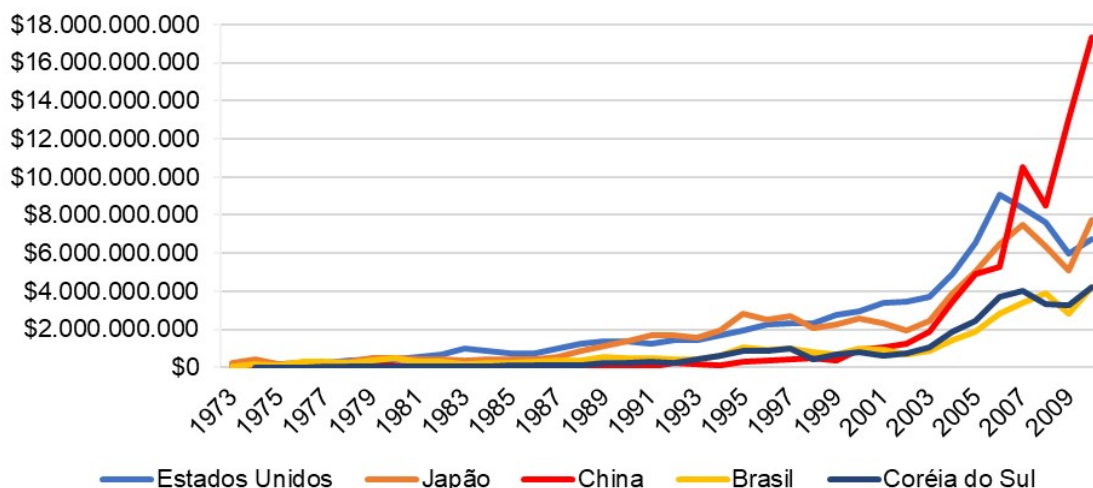
Fonte: Elaboração própria, com base em dados da United Nations (c2022).

A América Latina e Caribe mantém uma proporção semelhante nas exportações em ambos os períodos. Historicamente, a região conserva uma importância estratégica no comércio exterior chileno, sendo o principal destino de produtos de alto valor agregado. As exportações foram beneficiadas pelos acordos de livre comércio com os países vizinhos na década de 1990 e pela vinculação aos países do Mercosul, que se tornaram responsáveis por cerca 50% das manufaturas de alta tecnologia exportadas (LOPES; CARVALHO, 2010).

Cabe destacar que de 1981 até 2007, os Estados Unidos configuraram-se como o principal destino dos produtos chilenos, conforme o Gráfico 8. Para além da dimensão comercial, Varas (1987) destaca a importância no campo financeiro e na cooperação militar. Durante o período da *Concertación*, a relação é fortalecida através dos tratados. Conforme Lopes e Carvalho (2010), dentre os acordos assinados pelo Chile, o TLC com os Estados Unidos, firmado em 2003, consistia em um dos mais aguardados, por inserir-se na estratégia chilena de complementação da abertura comercial com acordos bilaterais, além de oportunizar um acesso mais

favorável ao mercado de capitais.

Gráfico 8 - Destinos das exportações chilenas por país (1973-2010)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da United Nations (c2022).

O Gráfico 8 exibe o histórico desde 1973, dos cinco países que, ao fim dos mandatos da *Concertación*, configuravam-se como os principais compradores dos produtos chilenos. Constata-se uma continuidade na diversificação dos principais parceiros comerciais. Desde 1976, Brasil, Estados Unidos e Japão configuram-se nos cinco maiores compradores do Chile, sendo acompanhados pela Coréia do Sul a partir de 1994 e pela China de 2000 em diante. Por outro lado, em 2010 o país exportava para 65 países a mais do que em 1990, indicando que, no geral, houve uma diversificação nos parceiros.

Ademais, atesta-se a relevância da Ásia no comércio exterior chileno. A potência norte-americana é ultrapassada pela China, em 2007 e, posteriormente pelo Japão. A Coréia do Sul supera o Brasil no fim da década de 2000, alcançando o quarto lugar nas exportações do país andino. Observa-se que, à exceção do Brasil, os outros quatro países firmaram TLCs com o Chile entre 1990 e 2010, o que reforça a atuação da *Concertación* em aprofundar os laços com seus principais parceiros.

3.7 Grau de mudança e indutores na política externa chilena

A política externa dos governos da coalização *Concertación de Partidos por la Democracia*, em comparação com a do regime militar, apresenta elementos de

reorientação internacional. Nos vinte anos pós-redemocratização, há uma mudança nas noções e referências do Chile no plano internacional, bem como nas atividades desempenhadas no plano externo.

Com base nos dados analisados, construiu-se a Tabela 1, que evidencia as diferenças e semelhanças nas características da política externa do Chile e na sua relação com seus principais parceiros:

Tabela 1 - Diferenças e semelhanças entre as políticas externas do regime militar e dos governos da *Concertación*

Temas	Regime militar	<i>Concertación</i>
1. Princípios orientadores da política externa	Anticomunismo; nacionalismo; presidencialismo.	Direitos Humanos; democracia; multilateralismo; presidencialismo.
2. Estilo da diplomacia	Ideológico, confrontante e inflexível.	Pragmático e consoante com as tendências globais.
3. Inserção internacional	Postura defensiva à pressão internacional; isolamento político-diplomático.	Plenamente vinculado ao sistema internacional, inserção múltipla e diversificada.
4. Comércio exterior	Noção de desenvolvimento econômico através de exportações.	Estratégia de exportações é ampliada com acordos bilaterais.
5. América Latina	Tensões geopolíticas; objeção à integração regional.	Avanços na resolução de temas limítrofes; participação nos processos de integração.
6. Estados Unidos	Alinhamento ideológico e comercial; episódios de tensões diplomáticas.	A importância comercial permanece. Contudo, se adota uma postura mais pragmática.
7. Ásia	Aproximação da região, baseada, sobretudo, em interesses econômicos.	Aprofundamento da vinculação comercial e ampliação ao campo político-diplomático.
8. Europa	Relevância comercial contrasta-se com a má relação política-diplomática.	A boa relação no comércio se mantém e a vinculação política é retomada.

Fonte: Elaboração própria, a partir de Vigevani e Cepaluni (2007) e dos dados da análise.

Os documentos oficiais, discursos e programas de governo analisados demonstram que após o fim do regime militar ocorre uma alteração nos princípios orientadores da política externa chilena. Conforme Cifuentes (2022), a atuação internacional do regime militar consistia em defender-se das acusações no âmbito externo e se projetava a partir de valores nacionalistas e anticomunistas. A valorização da ordem e da estabilidade, em detrimento da democracia e liberdades individuais no âmbito interno, da mesma forma, se refletia nas posições no plano externo. A pressão internacional referente a situação dos Direitos Humanos no país era qualificada como resultado de uma conspiração contra a reconstrução conduzida pelos militares. Nesse sentido, há uma objeção ao multilateralismo e a integração regional, compreendidos como instâncias ideológicas.

A partir de 1990, por outro lado, a democracia e dos Direitos Humanos constituem pilares essenciais da atuação externa do país andino. A promoção desses valores – para além de um compromisso com as vítimas da repressão – era entendido como um meio de maximizar a sua influência regional e global. Essa tendência era acompanhada pelo respeito ao multilateralismo, visto como um modo do Chile, como um país com um tamanho relativo pequeno, equilibrar suas forças com as grandes potências (KLAVEREN, 2011).

A variação nos valores da política exterior se evidencia, do mesmo modo, nos estilos diplomáticos de cada período. As crenças do governo de Pinochet refletiam-se na diplomacia combativa e inflexível, caracterizada por Valenzuela (1984) como pretoriano-ideológica. O estilo diplomático nos mandatos da *Concertación*, por sua vez, possui um caráter pragmático, marcado pela universalização das relações e adesão às tendências internacionais.

Os documentos investigados permitem constatar que alguns elementos da política exterior foram conservados mesmo com a redemocratização. Os governos democráticos não se afastaram do respeito ao princípio da não intervenção em assuntos internos e do peso do fator territorial na definição das políticas. O perfil presidencialista, do mesmo modo, manteve-se intacto. O caráter comercial introduzido pelos militares foi, inclusive, intensificado pelos novos governos. Contudo, com exceção do traço comercial, os demais valores precediam a política externa do regime militar e sua manutenção não inibiram a reorientação do Chile no campo externo.

As mudanças nas ideias basilares, conseqüentemente, alteraram o papel chileno no sistema internacional. Conforme Aravena (1997), a partir da *Concertación*, o Chile transita da condição de Estado pária para uma plena inserção global, que se dava de forma múltipla e diversificada e reafirmava a presença político-diplomática e comercial nas mais distintas regiões do mundo.

Os dados coletados e analisados no Gráfico 4 elucidam este movimento de reinserção nos vinte anos após a redemocratização. As viagens presidenciais, abordadas inicialmente, mostram que o número de visitas internacionais realizadas pelo líder à frente do regime militar, Augusto Pinochet, representa cerca de somente 2,94% daquelas sucedidas pelos presidentes da *Concertación*. A quantidade de tratados internacionais bilaterais aprovados (Gráfico 6), da mesma forma, apontam uma maior vinculação ao sistema internacional no período pós-redemocratização. Entre 1990 e 2010 foram efetuados 678 acordos bilaterais, comparado com 193 do período anterior.

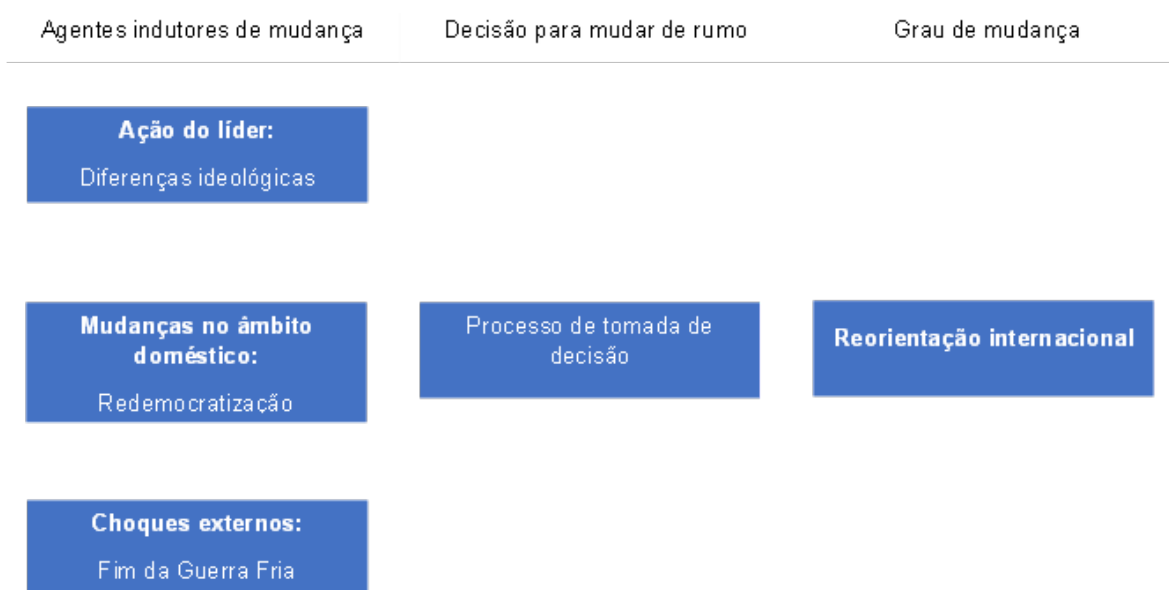
O comércio exterior, em linhas gerais, não sofre ruptura significantes, conforme analisado nos Gráficos 7 e 8. A estratégia de desenvolvimento através das exportações é mantida pelos novos governos e incrementada pela ampliação de tratados bilaterais. Ademais, o crescimento da relevância da Ásia nas exportações chilenas configura-se como um aprofundamento do movimento de aproximação iniciado por Pinochet. Após a transição democrática, tal processo é estendido ao campo político, evidenciado pelo aumento no número de tratados bilaterais com a região e pela adesão do Chile à APEC.

No que diz respeito a América Latina, embora houvesse um discurso de orientação à vizinhança, em termos práticos, o governo Pinochet protagonizou tensões com os três Estados fronteiriços, que quase culminaram em conflitos armados, e rechaçou o projeto de integração regional do Pacto Andino. Nos novos governos, em contrapartida, desenvolvem-se relações mais estáveis, avança-se na reconciliação em temas pendentes com nações vizinhas e reinsere-se nos processos de integração, ainda que não de forma exclusiva. O vínculo com os Estados Unidos durante a gestão militar, apesar do alinhamento ideológico e da relevância comercial, é marcado por episódios de tensões diplomáticas e de distanciamento político. Após 1990, a importância no âmbito comercial permanece, contudo, conforme Klaveren (2011), o país adota uma relação menos submissa e mais pragmática para com os estadunidenses. No tocante a Europa, igualmente, as

principais modificações ocorrem na esfera política-diplomática, uma vez que, a partir da retomada da democracia, há uma maior conformidade de valores com o velho continente.

Na Figura 2, apresenta-se os determinantes da reorientação internacional do Chile identificados na análise. A ordem que os agentes indutores estão estabelecidos não representa a existência de hierarquia, uma vez que os fatores se influenciam entre si. Conforme destacado por Vigevani e Cepaluni (2007, p. 279), “os conceitos elaborados por Hermann (1990) dificilmente poderiam ser encontrados na realidade de forma pura, eles têm finalidades analíticas, buscam evidenciar as principais características de fenômenos complexos”.

Figura 2 – Grau de mudança em política externa e agentes indutores entre o regime militar e as administrações da *Concertación*



Fonte: Elaboração própria, a partir de Hermann (1990) e dos dados da análise.

O primeiro fator abordado é a influência dos líderes. De acordo com Hermann (1990, p. 12, tradução nossa), “presumivelmente a maior parte das mudanças na política externa resulta da percepção por parte dos líderes governamentais de algumas mudanças ou iniciativas no cenário internacional”. Ademais, o traço presidencialista historicamente presente na política externa chilena, apontado por Aravena (1997) e Colacrai e Lorenzini (2005), sugere que alterações nas figuras

presidenciais tendem a impactar nos movimentos do país no plano externo. Nesse sentido, as diferenças ideológicas de Pinochet para com os presidentes da *Concertación*, evidenciadas em suas manifestações, são elementos de mudança.

O fator burocracia é o único que apresenta traços de continuidade e, portanto, não é categorizado como uma fonte de mudança. Conforme Vera (2016), a execução de reformas na classe burocrata do Ministério das Relações Exteriores demandava esforços políticos que, para as novas administrações, possuía um custo muito alto, visto a baixa influência do corpo diplomático na formulação da política exterior.

A retomada dos processos políticos democráticos é classificada como uma reestruturação doméstica radical, que incidiu nos elementos formuladores da política exterior. Colacrai e Lorenzini (2005) observam que, a partir de 1990, o país andino incorpora a democracia e os direitos humanos à sua atuação internacional, aprovando a Declaração de Santiago sobre a proteção da democracia, no âmbito da OEA, e incluindo cláusulas democráticas nos seus tratados de livre comércio.

O término da Guerra Fria é apontado como choque externo, que traduziu-se no fim das tensões entre o bloco capitalista e socialista, que sustentavam a possibilidade de um conflito nuclear, e da pressão ideológica que condicionava as políticas externas dos Estados. Conforme Aravena (1997, p. 62):

O objetivo de reinserir o país na esfera internacional se viu facilitado pelo fim do conflito Leste-Oeste. A decisão de reuniversalizar as relações diplomáticas não significaram nem antagonismos nem disputas nacionais nem, tampouco, fricções internacionais. A derrubada definitiva do bloco soviético e o fim da Guerra Fria tiraram a dramaticidade de tais decisões.

Nesse contexto, há uma intensificação do processo de globalização, em que se observa o surgimento de novos atores e fenômenos e a ascensão de pautas econômicas e financeiras, em detrimento de fatores geopolíticos. Há, também, uma convêrgencia global em torno dos valores neoliberais. De acordo com Pizarro (2019), para alcançar seu objetivo de recuperar a inserção e legitimação internacional, o Chile deveria aderir a estas tendências.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou analisar a política externa chilena do regime militar, vigente entre 1973 e 1990, e dos governos da *Concertación de Partidos por la Democracia*, que estiveram à frente do país de 1990 até 2010. A escolha do tema justificou-se pela repercussão deste período na sociedade e na atuação internacional do Chile, que apresenta traços bastante singulares. Nessa perspectiva, o objetivo geral deste trabalho consistia em verificar o grau de mudança entre a política exterior dos militares e dos mandatos da *Concertación*.

Para tanto, utilizou-se a teoria desenvolvida por Charles Hermann (1990) sobre modificações em política externa, que estabelece quatro níveis de mudança e seus possíveis determinantes. A fim de indicar o grau de alteração no intervalo delimitado, comparou-se documentos oficiais, discursos, planos de governo e dados sobre viagens presidenciais, tratados bilaterais e comércio exterior. Ademais, obteve-se informações através de uma entrevista com o ex-embaixador chileno Carlos Portales Cifuentes.

Para se atingir uma compreensão do objetivo geral, definiu-se três objetivos específicos. O primeiro consistia em compreender a conjuntura interna e externa na qual o Chile estava inserido em cada um dos períodos. O regime militar desenrolou-se em um contexto internacional marcado pela disputa ideológica dos EUA e URSS. Na América do Sul, apesar do alinhamento ao bloco capitalista, havia tensões fronteiriças que sustentavam a possibilidade de conflitos armados entre os Estados da região. A conjuntura interna é marcada pelo autoritarismo e pelo desenvolvimento econômico. Já nos mandatos da *Concertación*, o cenário internacional caracterizava-se pela adesão, praticamente universal, aos valores liberais e pelo aprofundamento dos processos de integração regional. No plano interno, a democracia é reestabelecida e o êxito econômico é aliado a avanços sociais.

O segundo objetivo específico foi a análise dos princípios orientadores e a execução da política exterior chilena nos dois momentos. Através da investigação das informações coletadas, constatou-se que, a partir da redemocratização, há uma mudança nos valores constituintes da ação externa do Estado. O estilo diplomático ideológico, confrontante e inflexível, caracterizado pelo anticomunismo e nacionalismo do regime militar, é substituído por um estilo mais pragmático, alinhado as tendências globais e fundamentado nos direitos humanos e na democracia.

Consequentemente, há uma transformação do posicionamento chileno no plano externo. Os dados de viagens presidenciais, tratados bilaterais e comércio exterior, evidenciam o isolamento político-diplomático do governo Pinochet, contrastado com a plena inserção internacional lograda no período democrático.

O terceiro e último objetivo específico consistia em apontar as fontes de mudança e continuidade da política externa chilena. Com base nos dados analisados, concluiu-se que os indutores das transformações na atuação internacional do Chile a partir de 1990 foram as ações do líder, as mudanças no âmbito doméstico e os choques internos.

Dessa forma, torna-se possível afirmar que os objetivos específicos e geral foram alcançados. Mediante ao estudo realizado, constatou-se que o grau de mudança na política externa chilena a partir de sua redemocratização classifica-se como uma reorientação internacional, em que ocorre uma modificação na inserção e nas referências do Chile no plano externo.

Cabe destacar, também, as limitações do presente trabalho. O modelo de Hermann (1990), utilizado como marco teórico para classificar o grau de mudança e suas fontes, consiste em um instrumento analítico que facilita a compreensão de eventos complexos. Contudo, é difícil definir a influência, de forma isolada, de cada um dos agentes indutores na política externa, uma vez que se relacionam entre si. Ademais, o enfoque abrangente da teoria impossibilita uma investigação mais minuciosa dos determinantes das modificações.

Para o aprofundamento do estudo, sugere-se a comparação de outros dados que indiquem modificações em política externa, como o número de embaixadas, a quantidade de visitas oficiais recebidas e a investigação do papel dos chanceleres nas definições das políticas. Ademais, oportuniza-se a análise do grau de mudança da política exterior dos governos da *Concertación* para os mandatos de Sebastián Piñera, presidente de 2010 a 2014 e de 2018 a 2022, bem como do governo de Gabriel Boric, atual líder. Da mesma forma, é possível verificar o nível de modificação da atuação externa de outros países latino-americanos, utilizando um recorte histórico similar ao desta monografia, e, posteriormente, comparar os resultados.

O período analisado reverbera na sociedade chilena até os dias de hoje e, portanto, a análise das transformações e continuidades sucedidas neste intervalo é fundamental para a compreensão da sua política externa atual. Além disso, os

Estados da América Latina apresentam processos de formação similares, assim como limitações parecidas na esfera internacional. Desse modo, a investigação da política exterior do Chile possibilita uma melhor compreensão dos demais países da região.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Regimes Militares e a Segurança Nacional no Cone Sul. *Militares e Política*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 64-82, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/view/33882>. Acesso em: 21 set. 2022.
- ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. *Foreign policy analysis: new approaches*. 2. ed. Nova Iorque: Routledge, 2017.
- ARAVENA, Francisco Rojas. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 40, n.2, p. 49-75, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000200003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 set. 2022.
- ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION. *APEC Regional Trends Analysis - APEC at 30: A Region in Constant Change*. Singapura: APEC Policy Support Unit; Asia-Pacific Economic Cooperation Secretariat, 2019. Disponível em: <https://www.apec.org/publications/2019/05/apec-regional-trends-analysis---apec-at-30>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- AVILA, Carlos Federico Domínguez. O caso Letelier quarenta anos depois, 1976-2016. Ensaio de interpretação. *Revista brasileira de ciências sociais*, Brasília, v. 32, n. 95, p. 1-16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wpWmy8S8wRDkV888bXq8nJx/?lang=pt#>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- AYERBE, Luiz Fernando. *Estados Unidos - América Latina: a construção da hegemonia*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- AZOCAR, Patricio Aylwin. *La transición chilena: discursos escogidos marzo 1990-1992*. Santiago: Andrés Bello, 1992.
- BACHELET, Michelle. *Estoy Contigo*. Programa de Gobierno de Michelle Bachelet (2006-2010). [Santiago]: [s.n.], 2005.
- BAUER, Carl J. Derecho y economía en la Constitución de 1980. *Perspectivas en política, economía y gestión*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 23-47, 1998. Disponível em: <https://cjbauer.faculty.arizona.edu/sites/cjbauer.faculty.arizona.edu/files/Perspectivas%201998.PDF>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- BERNAL-MEZA, Raúl. Multilateralismo e unilateralismo na política mundial: América Latina frente à ordem mundial em transição. *Revista brasileira de política internacional*, [S.l.], v. 48, n. 1, p. 5-23, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/pvt45xV4B7yCP3NxxX9mcRg/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- BIBLIOTECA DO CONGRESSO NACIONAL DO CHILE. *Ley Chile*. Santiago: Biblioteca do Congresso Nacional do Chile, c2022. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/consulta/buscador_tratados. Acesso em: 26 nov. 2022.
- BOZYK, Pawel. *Globalization And the Transformation of Foreign Economic Policy*.

Burlington: Ashgate Publishing, 2006.

BUSTAMANTE, Gilberto Aranda; RIVERA, Jorge Riquelme. La política exterior de Chile desde 1990. Inserción internacional y prioridad regional. *Instituto de Estudios Internacionales*, Santiago, v.6, n.11, p.11-41, 2011. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/pt/revista/cuadernos-sobre-relaciones-internacionales-regionalismo-y-desarrollo/articulo/la-politica-exterior-de-chile-desde-1990-insercion-internacional-y-prioridad-regional>. Acesso em: 20 oct. 2022.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 5-27, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/T8n9bgHtg77JHByfKCNDqbN/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CHILE. Decreto-lei nº1, de 11 de setembro de 1973. *Ata de constituição da junta do governo*. Santiago: Junta de governo da República do Chile, 1973. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=237897&idParte=>. Acesso em: 22 set. 2022.

CHILE. [Constituição (1980)]. *Constituição da República do Chile*. Santiago: Poder Executivo, 1980.

CHILE. Discurso do presidente Eduardo Frei no Senado do Chile – Santiago, 21 de maio de 1994. *Senado da República do Chile*, Santiago, 21 de maio de 1994. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=recursoslegales/10221.3/10559/1/19940521.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

CHILE. Ministério das Relações Exteriores. *Memoria del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile: Año 2008*. Santiago: [s.n.], 2008.

CHILE. Ministério das Relações Exteriores. *Memoria del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile: Año 2009*. Santiago: [s.n.], 2009.

CHILE. Ministério das Relações Exteriores. *Memoria del Ministerio de las Relaciones Exteriores de Chile: Año 2009*. Santiago: [s.n.], 2010.

CHILE, Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales. *Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales, c2022*. Acuerdos económico-comerciales vigentes. Disponível em: <https://www.subrei.gob.cl/acuerdos-comerciales/acuerdos-comerciales-vigentes>. Acesso em: 28 nov. 2022.

CHILE, Subsecretaría de Relaciones Económicas Internacionales. *Impacto de los tratados de libre comercio hacia una política comercial inclusiva*. 3. ed. Santiago, 2022. Disponível em: <https://www.subrei.gob.cl/estudios-y-documentos/otros-documentos/detalle-otras-fichas-y-reportes/impacto-de-los-tratados-de-libre-comercio>. Acesso em: 21 set. 2022.

CIFUENTES, Carlos Portales. Entrevista. [Entrevista cedida a] Gustavo Michels

Becker. Santa Cruz do Sul, 17 nov. 2022.

COLACRAI, Miryam; LORENZINI, María Elena. La política exterior de Chile: ¿excepcionalidad o continuidad? Una lectura combinada de "fuerzas profundas" y tendencias. *Confines de relaciones internacionales y ciencia política*, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 45-63, 2005. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-35692005000200004&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 28 nov. 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago: Comissão econômica para a América Latina e o Caribe, 1994. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/2140-regionalismo-abierto-america-latina-caribe-la-integracion-economica-al-servicio>. Acesso em: 21 set. 2022.

CORAZZA, Gentil; HERRERA, Rémy. O "Regionalismo Aberto" da CEPAL e a Inserção da América Latina na Globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, 2006. Disponível em: <https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2114>. Acesso em: 27 nov. 2022.

CORNETET, João Marcelo Conte. *As políticas externas de Lula da Silva e Dilma Rousseff: uma análise comparativa*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/129994>. Acesso em: 27 nov. 2022.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

FERMANDOIS, Joaquín. Inserción global y malestar regional: la política exterior chilena en el ciclo democrático 1990-2006. *Estudios Internacionales*, Santiago, v. 39, n. 154, p. 91-99, 2006. Disponível em <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/14474>. Acesso em: 27 nov. 2022.

FERMANDOIS, Joaquín. Chile ante el mundo: Bicentenario de las relaciones Internacionales. *Diplomacia*, [S.l.], n. 123, p. 14-37, 2011. Disponível em: <https://repositorio.uc.cl/handle/11534/12558>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FERREIRA, Marcos Alan. *Análise de política externa em perspectiva: atores, instituições e novos temas*. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. Progresos y retrocesos del desarrollo económico de Chile en los gobiernos de la Concertación: 1990-2009. *El trimestre económico*, [Cidade do México], v. 83, n. 329, p. 5-34, 2016. Disponível em https://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2448-718X2016000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 28 nov. 2022.

FILHO, José Soares. MERCOSUL: surgimento, estrutura, direitos sociais, relação com a Unasul, 21 perspectivas de sua evolução. *Revista CEI*, Brasília, v. 13, n. 46, p. 21-38, 2009. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r23668.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FUKUYAMA, Francis. The end of history?. *The National Interest*, [Cidade de Washington], n. 16, p. 3-18, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24027184>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FUNDACIÓN DEMOCRACIA Y DESARROLLO. *Datos política exterior*. Mensagem recebida por <msimon@fdd.cl> em 21 fev. 2022.

FUNDACIÓN PATRICIO AYLWIN AZÓCAR. *Datos política exterior*. Mensagem recebida por <contacto@fundacionaylwin.cl> em 09 mar. 2022.

GIACALONE, Rita. Latin American Foreign Policy Analysis: External Influences and Internal Circumstances. *Foreign policy analysis*, [S.l.], v. 8, n. 4, p. 335-353, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4706776/mod_resource/content/1/Latin%20American%20Foreign%20Policy%20Analysis.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDMANN, Kjell. Change and Stability in Foreign Policy: Detente as a Problem of Stabilization. *World Politics*, Princeton, v.34, n. 2, p. 230-266, 1982. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/abs/change-and-stability-in-foreign-policy-detente-as-a-problem-of-stabilization/0C268AB03D8E87DB788B3F3945849F58>. Acesso em: 21 set. 2022.

GUSTAVSSON, Jakob. How Should We Study Foreign Policy Change?. *Cooperation and Conflict*, Londres, v. 34, n.1, p. 73-95, 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00108369921961780>. Acesso em: 20 set. 2022.

HERMANN, Charles Frazer; PEACOCK, Gregory. The evolution and future of theoretical research in the comparative study of foreign policy. In: HERMANN, Charles Frazer; KEGLEY, Charles; ROSENAU, James. *New directions in the study of foreign policy*. Londres: HarperCollins, 1987.

HERMANN, Charles Frazer. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, Oxônia, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2600403>. Acesso em: 20 oct. 2021.

HERMANN, Charles Frazer. Reflection on foreign policy theory building. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne; HANEY, Patrick Jude. *Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation*. 3. ed. Englewood Cliffs: Simun & Schuster Company, 1993.

HIRST, Monica. América Latina-EUA em tempos de pós-Guerra Fria. *Revista USP*, São Paulo, n. 84, p. 24-37, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13782>. Acesso em: 28 nov. 2022.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. *Foreign Policy Analysis*, Oxônia, v.1, p. 1-30, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/331946/mod_resource/content/1/Hudson-

2005-Foreign_Policy_Analysis.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.

JESUS, Diego Santos Vieira de. A essência de uma subárea: os 60 anos da Análise de Política Externa. *Estudos Internacionais*: revista de Relações Internacionais da PUC Minas, v. 2, n. 1, p. 81-100, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/682>. Acesso em: 21 set. 2022.

JOFRÉ, René. Seguridad ciudadana: entre el populismo y la búsqueda de una política pública. In: QUIROGA, Yesko; ENSIGNIA, Jaime. *Chile en la Concertación 1990-2010: una mirada crítica, balance y perspectivas*. Santiago: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.

KAPLAN, Emma. ¿Cómo ganó Piñera la presidencia de Chile? El caído de la Concertación y la subida de la coalición por el cambio. *Independent Study Project (ISP) Collection*, [S.l.], n. 1055, p. 1-22, 2011. Disponível em: https://digitalcollections.sit.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2044&context=isp_collection. Acesso em: 28 nov. 2022.

KLAVEREN, Alberto Van. La política exterior de Chile durante los gobiernos de la Concertación (1990-2010). *Estudios Internacionales*, Santiago, v. 44, n. 169, p. 155-170, 2011. Disponível em: <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/19416>. Acesso em: 28 nov. 2022.

KRETER, Paulo Roberto de Medeiros. *Atores e Interesses Chilenos nas Negociações com o Mercosul: a Política Exterior do Chile para o Mercosul nos Anos 1990-2000*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10822/000598800.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 set. 2022.

LACOSTE, Pablo. La disputa por el Beagle y el papel de los actores no estatales argentinos. *Universum*, Talca, v. 19, n. 1, p. 86-109, 2004. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762004000100005&lng=es&nrm=iso. Acesso em 23 nov. 2021.

LAGOS, Ricardo. *Programa de gobierno: para crecer com igualdad*. [Santiago]: [s.n.], 1999. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/22304/1/112795.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LAGOS, Ricardo. *Mensaje al país de S.E. el Presidente de la República*. Valparaíso, [s.n.], 2002. Disponível em: https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2002.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

LAGOS, Ricardo. *Programa de S.E. el Presidente de la República*. Valparaíso, [s.n.], 2003. Disponível em: https://www.camara.cl/camara/doc/archivo_historico/21mayo_2002.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de*

metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/YFcDnF8XTFFHSv7gRSZLV8K/?lang=pt#>. Acesso em: 28 nov. 2022.

LANDMAN, Todd. *Issues and methods in comparative politics: an introduction*. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2008.

LEVI, Lucio. Regime Político. In: BOBBIO, Norberto; MATTELUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: Edunb, 2007

LOPES, Renata Rossetto; CARVALHO, Carlos Eduardo. Acordos bilaterais de comércio como estratégia de inserção regional e internacional do Chile. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 649-693, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/YsXwKrYpX9zn9KYMvTZqQkK/?lang=pt#>. Acesso em: 20 oct. 2021.

MANZANO-ITURRA, Karen Isabel. La disputa por el canal del Beagle y sus consecuencias geopolíticas para la zona austral-antártica. *Revista Científica General José María Córdova*, Bogotá, v. 19, n. 35, p. 799-815, 2021. Disponível em: <https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/view/786>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MENDES, Pedro. Mudança, Contexto e Liderança na política externa dos EUA: de Bush a Obama. *População e sociedade*, Porto, v. 26, p. 170-187, 2016. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/70029>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MENESES, Emilio; TAGLE, Jorge; GUEVARA, Tulio. La política exterior chilena del siglo XX, a través de los mensajes presidenciales y las conferencias panamericanas hasta la segunda guerra mundial. *Revista de ciencia política*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 50-61, 1982. Disponível em: <https://repositorio.uc.cl/handle/11534/11043>. Acesso em: 28 nov. 2022.

MERKE, Federico; REYNOSO, Diego; SCHENONI, Luis Leandro. Foreign Policy Change in Latin America: Exploring a Middle-Range Concept. *Latin American Research Review*, [S.l.], v. 55, n. 3, p.413-429, 2020. Disponível em <https://larrlisa.org/articles/10.25222/larr.380/>. Acesso em: 21 set. 2022.

MEZA, Miguel Navarro. Chile y la Segunda Guerra Mundial, algunas consideraciones políticas y estratégicas. *Revista Política y Estrategia*, Santiago, n. 136, p. 79-111, 2020. Disponível em: <https://www.politicayestrategia.cl/index.php/rpye/article/view/826>. Acesso em: 28 nov. 2022;

MILANI, Carlos Roberto Sanchez; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Dy6zLys78XTnTV8YFkY9ZJJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2022.

MILET, Paz. Chile-Bolivia: Cien años después. *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, [S.l.], v. 18, n. 1-2, p. 37-49, 2004. Disponível em <https://repositorio.umsa.bo/handle/123456789/1442>. Acesso em: 21 set. 2022.

MONTES, Rocío. El presidenciable chileno que reivindica a Pinochet. *El País [online]*, [S.l.], 13 de nov. 2017. Internacional. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2017/11/13/america/1510527795_264102.html. Acesso em: 21 set. 2022.

NEIVA, Ruth Cavalcante. Guerra do Pacífico: a história de uma derrota. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, [S. l.], v. 18, n. 34, p. 74-94, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/161550>. Acesso em: 28 nov. 2022.

NEACK, Laura; HEY, Jeanne. Generational Change in Foreign Policy Analysis. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne; HANEY, Patrick Jude. *Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation*. 3. ed. Englewood Cliffs: Simun & Schuster Company, 1993.

OECD, World. *Brazil*. c2022. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/bra?yearlyTradeFlowSelector=flow1>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos*. Organização dos Estados Americanos, 1979. Disponível em: <https://www.oas.org/es/sla/docs/ag03793S01.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

PIZARRO, Sergio González. La política exterior de Chile y su ideología desde 1990. *Papel Político*, Bogotá, v. 24, n. 1, [21 p.], 2019. Disponível em: [https://revistas.javeriana.edu.co/files-articulos/PaPo/PaPo%2024-1%20\(2019\)/77760192006/](https://revistas.javeriana.edu.co/files-articulos/PaPo/PaPo%2024-1%20(2019)/77760192006/). Acesso em: 20 oct. 2021.

POLANCO, Marcelo Mella. Los intelectuales de los centros académicos independientes y el surgimiento del Concertacionismo. *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, v. 12, n. 1, p. 83-121, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/historiasocial/article/view/1203>. Acesso em: 28 nov. 2022.

POLANCO, Marcelo Mella. Propensión coalicional en Chile: un análisis de los casos del Frente Popular, la Unidad Popular y la Concertación de partidos por la democracia. *Confines de relaciones internacionales y ciencia política*, Monterrei, v. 10, n. 20, p. 59-90, 2014. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1870-35692014000200004&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 28 nov. 2022.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o “Mercosul” do terror. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 167-182, 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/23793>. Acesso em: 21 set. 2022.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*: Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/zVgvgRFMMtvQ4QkK4YR4VgS/?lang=pt#>. Acesso em: 22 set. 2022.

RIVERA, Jorge Riquelme. La política exterior de Chile y la Unión Europea. A diez años del Acuerdo de Asociación. *Instituto de Relaciones Internacionales*, [S.l.], v. 21, n. 42, p. 119-151, 2012. Disponível em: <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/595>. Acesso em: 28 nov. 2022.

ROSATI, Jerel. Cycles in Foreign Policy Restructuring: The Politics of Continuity and Change in U.S. Foreign Policy. In: ROSATI, J. A.; HAGAN, J. D.; SAMPSON, M. W. (org.). *Foreign Policy Restructuring. How Governments Respond to Global Change*. Columbia: University of South Carolina Press, 1994, p. 221-261.

ROSENAU, James. Pre-Theories and Theories of Foreign Policy. In: FARRELL, Barry (org.). *Approaches in Comparative and International Politics*. Evanston: Northwestern Press, 1966.

ROSENAU, James. Comparative Foreign Policy: Fad, Fantasy, or Field?. *International Studies Quarterly*, [S.l.], v. 12, n. 3, p. 296-329, 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5040422/mod_resource/content/1/roseunau_1968.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

RUIZ, José Briceño. *Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo*. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia, 2018.

SALOMÓN, Mônica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/SktXpnrRXjptLV53R6XvGcF/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 21 set. 2022.

SÁNCHEZ, Walter; LARRAIN, Teresa Pereira. *Cientocincuenta años de política exterior chilena*. Santiago: Instituto de Estudios Internacionales, 1977.

SANHUEZA, Raúl; SOTO, Ángel. Chile em el contexto del Pacífico. Marcos conceptuales para la política exterior de Chile hacia el Asia Pacífico. *UNISCI Discussion Papers*, [S.l.], n. 21, p. 120-136, 2009. Disponível em: <https://www.ucm.es/data/cont/media/www/pag-72507/UNISCI%20DP%2021%20-%20SANHUEZA-SOTO.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 10, n. 49, p. 23-41, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/86954>. Acesso em: 21 set. 2022.

SILVA, Fabricio Pereira da. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. *Revista SURES*, [S.l.], n. 5, p. 67-97, 2015. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SIMÕES, Silvia Sônia. O golpe de estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no

Chile. *Espaço plural*, Marechal Cândido Rondon, v. 13, n. 27, p. 195-213, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445944369014>. Acesso em: 20 set. 2022.

SNYDER, Richard; BRUCK, Henry; SAPIN, Burton. *Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1962.

SOUZA, Ana Cristina Augusto de. Salvador Allende e o mito da estabilidade chilena. *Revista Intellecto*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-25, 2007. Disponível em: <https://revistaintellecto.cenegri.org.br/index.php/intellecto/article/view/88>. Acesso em: 22 set. 2022.

TAYFUR, Mehmet Fatih. Main approaches to the study of foreign policy: a review. *Middle East Technical University Studies in Development*, Ancara, v.21, n.1, p.113-141, 1994. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3565638/mod_resource/content/1/Main%20a%20pproaches%20to%20the%20study%20of%20foreign%20policy_Tayfur.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

THE WORLD BANK. *Data bank*. World Development Indicators. Chile. c2022. Disponível em <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Un año de construcción*. Santiago: [s.n.], 1974. Disponível em: <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82400.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1975. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82401.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1976. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82402.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1977. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82403.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1978. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82404.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1979. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82405.html>. Acesso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1980. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82406.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1981. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82407.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1982. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82408.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1983. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82409.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1985. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82410.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1986. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82411.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1986. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82411.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1987. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82412.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1988. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82413.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UGARTE, Augusto Pinochet. *Mensaje presidencial*: S.E. el presidente de la república capitán general Augusto Pinochet Ugarte informa al país. Santiago: [s.n.], 1989. Disponible em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-82414.html>. Acceso em: 26 nov. 2022.

UNITED NATIONS. *Digital library*. Chile. c2022. Disponible em: <https://digitallibrary.un.org/search?ln=en&rm=&ln=en&sf=&so=d&rg=50&c=Resource>

%20Type&c=UN%20Bodies&c=&of=hb&fti=0&fct__2=General%20Assembly&fct__1=Voting%20Data&fti=0&p=Chile. Acesso em: 29 nov. 2022.

UNITED NATIONS. *General Assembly*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1986.

UNITED NATIONS. *Protection of human rights in Chile*: report of the Secretary-General, 1977. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/660278?ln=es>. Acesso em: 23 nov. 2021.

UNITED NATIONS. *Resolution 32/19 – Resolution adopted by the General Assembly on 06 November 1974*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1974.

UNITED NATIONS. *Resolution 34/48 – Resolution adopted by the General Assembly on 09 December 1975*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1975.

UNITED NATIONS. *Resolution 31/124 – Resolution adopted by the General Assembly on 16 December 1976*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1976.

UNITED NATIONS. *Resolution 32/118 – Resolution adopted by the General Assembly on 16 December 1977*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1977.

UNITED NATIONS. *Resolution 32/175 – Resolution adopted by the General Assembly on 20 December 1978*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1978.

UNITED NATIONS. *Resolution 34/179 – Resolution adopted by the General Assembly on 17 December 1979*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1979.

UNITED NATIONS. *Resolution 35/188 – Resolution adopted by the General Assembly on 15 December 1980*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1980.

UNITED NATIONS. *Resolution 36/157 – Resolution adopted by the General Assembly on 16 December 1981*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1981.

UNITED NATIONS. *Resolution 37/183 – Resolution adopted by the General Assembly on 17 December 1982*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1982.

UNITED NATIONS. *Resolution 38/102 – Resolution adopted by the General Assembly on 20 December 1983*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1983.

UNITED NATIONS. *Resolution 39/121 – Resolution adopted by the General Assembly on 16 December 1984*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1984.

UNITED NATIONS. *Resolution 40/145 – Resolution adopted by the General Assembly on 17 December 1985*. Nova Iorque: UNITED NATIONS, 1985.

UNITED NATIONS. *Statistics Division*. Methodology. c2022, Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>. Acesso em: 28 nov. 2022.

UNITED NATIONS. *UN comtrade database*. c2022. Disponível em: <https://comtrade.un.org/data>. Acesso em: 21 set. 2022.

VALENCIA, Carolina Andre Guerrero. *Construcción del concepto de regionalismo abierto en el ABC*: el período 1990-2010. Dissertação (Mestrado em Estudos

Internacionais) – Universidade do Chile, Santiago, 2012. Disponível em: <https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/110829>. Acesso em: 27 nov. 2022.

VALENTI, Luiza Pecis; CARNEIRO, Camilo Pereira; FILLIPI, Eduardo Ernesto. O cenário político econômico pós-guerra fria e a onda neoliberal na América Latina: um estudo de caso do Brasil, do Chile e da Argentina. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 9, n. 47, p. 29-45, 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/82347>. Acesso em: 28 nov. 2022.

VALEZUELA, Herardo Muñoz. Las relaciones exteriores del gobierno militar chileno 1973-1984. *Iberoamericana – Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies*, Santiago, v.15, n.2, p.155-174, 1985. Disponível em: <https://www.iberoamericana.se/articles/abstract/10.16993/iberoamericana.336/>. Acesso em: 20 oct. 2021.

VALENZUELA, Pablo. Presidentes frente a cancillerías: la formulación de la política exterior en Brasil y Chile entre 1990 y 2010. *Revista Española de Ciencia Política*, [S.l.], n. 49, p. 63-83, 2019. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/recp/article/view/58291>. Acesso em: 28 nov, 2022.

VARAS, Augusto. *Los militares en el poder*. Régimen y gobierno em Chile, 1979-1986. Santiago: Pehuén Editores, 1987.

VARAS, Pilar Alamos. Algunas fuentes históricas de la política exterior de Chile. *Instituto de estudios Internacionales*, Santiago, v. 32, n. 126, p. 3-39, 1999. Disponível em: <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/14990>. Acesso em: 28 nov. 2022.

VARGAS, Guillermo Marín. *Debates y tensiones al interior de la centroizquierda chilena: una mirada a la trayectoria de la Concertación*. Orientador: Paulo Hidalgo. 2016. 87 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Alberto Hurtado, Santiago, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uahurtado.cl/bitstream/handle/11242/23797/MESPLMarinV.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 set. 2022.

VERA, Cristián Fuentes. El regionalismo abierto en la política exterior chilena, ¿versión original o concepto equívoco?. *Revista Enfoques: Ciencia Política y Administración Pública*, v. 10, n. 17, p. 19-31, 2012. Disponível em: <http://www.revistaenfoques.cl/index.php/revista-uno/article/view/63/45>. Acesso em: 20 oct. 2022.

VERA, Cristián Fuentes. La política exterior de la transición chilena desde sus fuentes internas. *Si Somos Americanos*, Santiago, v. 14, n. 2, p. 133-157, 2014. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-09482014000200006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 oct. 2021.

VERA, Cristián Fuentes. Política exterior de Chile (transición, políticas públicas y algo más). *Revista Enfoques*, Santiago, v. 14, n. 24, p. 203-227, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/960/96046559009.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2022.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a

estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/sWn5MtCXtMZdzdSm3CtzZmC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2022.

VILLARREAL, Angeles; FERGUSSON, Ian. The North American Free Trade Agreement (NAFTA). *Congressional Research Service*, [S.l.], p. 1-38, 2017. Disponível em: <https://ecommons.cornell.edu/handle/1813/78581>. Acesso em: 28 nov. 2022.

WALTZ, Kenneth Neal. International politics is not foreign policy. Londres: *Security Studies*, v. 6, n. 1, p. 54-57, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1553191/mod_resource/content/1/INTERNACIONAL%20POLITICS%20IS%20NOT%20FOREIGN%20POLICY_WALTZ_1996.pdf. Acesso em: 21 set. 2022.

WILHELMY, Manfred. Hacia un análisis de la política exterior chilena contemporánea. *Estudios internacionales*, Valparaíso, v. 12, n. 48, p. 440-471, 1979. Disponível em: <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/16367>. Acesso em: 28 nov. 2022.

WILHELMY, Manfred. *Política internacional: enfoques y realidades*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

WILHELMY, Manfred; DURÁN, Roberto. Los principales rasgos de la política exterior chilena entre 1973 y el 2000. *Revista de ciencia. política*, Santiago, v. 23, n. 2, p. 273-286, 2003. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2003000200014&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 oct. 2022.

WILHELMY, Manfred. La trayectoria de Chile frente a la región Asia-Pacífico. *Estudios internacionales*, Santiago, v. 43, n. 167, p. 125-141, 2010. Disponível em: <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/12701>. Acesso em: 23 nov. 2022.

WONDERLING, Samuel. Relaciones de Coalición y gestión: ¿Que Pasó a la Concertación?. *Independent Study Project (ISP) Collection*, n. 1615, p. 1-24. Disponível em: https://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/1615/. Acesso em: 28 nov. 2022.